



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARIA NATÁLIA NEVES NÓBREGA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SOB
A ÓTICA DA EVASÃO DE SEUS SUJEITOS:
A EJA NO MUNICÍPIO DE COXIXOLA – PB EM DISCUSSÃO**

**SUMÉ - PB
2018**

MARIA NATÁLIA NEVES NÓBREGA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SOB
A ÓTICA DA EVASÃO DE SEUS SUJEITOS:
A EJA NO MUNICÍPIO DE COXIXOLA – PB EM DISCUSSÃO**

**Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais do
Centro de Desenvolvimento Sustentável
do Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciado(a)
em Ciências Sociais..**

Orientadora: Professor Dr. Iaac Alexandre da Silva.

**SUMÉ - PB
2018**

N337e Nóbrega, Maria Natália Neves.

A Educação de Jovens e Adultos sob a ótica da evasão de seus sujeitos: a EJA do município de Coxixola-PB em discussão. / Maria Natália Neves Nóbrega. - Sumé - PB: [s.n], 2018.

37 f.

Orientador: Prof. Dr. Isaac Alexandre da Silva.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Ciências Sociais. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. Evasão escolar. I. Título.

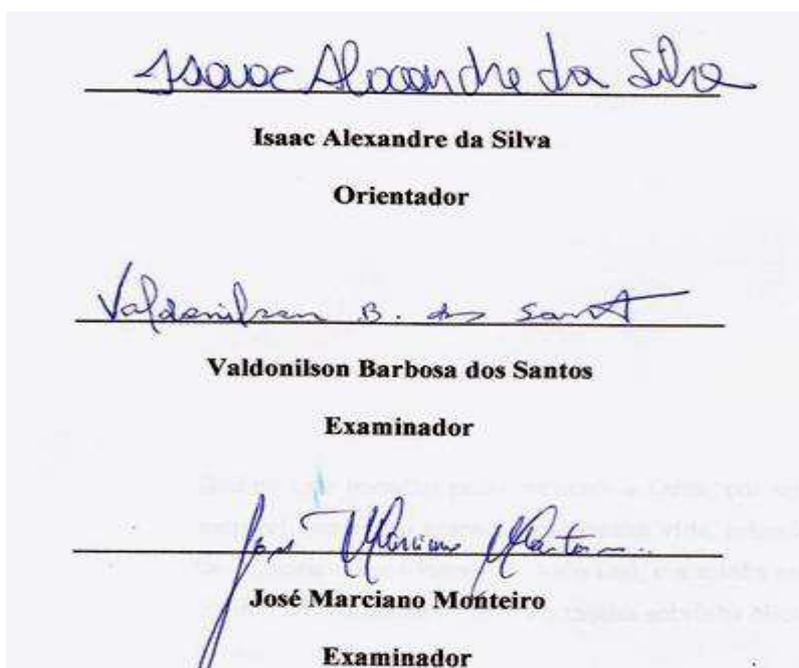
CDU: 374.7 (043.1)

MARIA NATÁLIA NEVES NÓBREGA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SOB
A ÓTICA DA EVASÃO DE SEUS SUJEITOS:
A EJA NO MUNICÍPIO DE COXIXOLA – PB EM DISCUSSÃO**

Monografia apresentada ao Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Agroecologia.

BANCA EXAMINADORA:



Trabalho aprovado em Sumé, 22 de março de 2018.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser meu guia, meu refúgio, e tão essencial em minha vida, estando nas horas de angústia e me livrando de todo mal, e a minha mãe Lucia de Fatima Neves, meus irmãos e a minha sobrinha Nicole Holanda Sousa.

AGRADECIMENTO

Esta fase da minha vida é muito especial e não posso deixar de agradecer a Deus por toda força, ânimo e coragem que me ofereceu para ter alcançado minha meta. Para a Universidade quero deixar uma palavra de gratidão por ter me recebido de braços abertos e com todas as condições que me proporcionaram dias de aprendizagem muito ricos.

Ao meu orientador Professor Dr. Isaac Alexandre da Silva ao qual, reconheço um esforço gigante com muita paciência e sabedoria. E professores, já que foram eles que me deram recursos e ferramentas para evoluir um pouco mais todos os dias. Claro que não posso esquecer da minha família porque foram eles que me incentivaram e inspiraram através de gestos e palavras a superar todas as dificuldades.

Principalmente a minha tão querida e amada mãe Lucia de Fatima Neves, mulher guerreira, sonhadora que sempre me incentivou dar continuidade a minha formação, porque sem ela não teria sido possível. Ao meu marido João Lins de Albuquerque Neto. Aos amigos que aqui conheci, ao qual vou levar para a toda vida.

A todas as pessoas que de uma alguma forma me ajudaram, acreditando em meu potencial, eu quero deixar um agradecimento eterno.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a compreensão que os estudantes da Educação de Jovens e Adultos, de uma escola pública do município de Coxixola-PB, têm acerca da evasão escolar que se processa nessa modalidade de educação, assim como da realidade social na qual estão inseridos. Para isso, desenvolvemos o nosso trabalho investigativo por meio da pesquisa qualitativa, utilizando como instrumento de levantamento de dados a entrevista semiestruturada. Para a reflexão sobre o conteúdo em pauta, utilizamos como referencial teórico Paulo Freire, Pierre Bourdieu, e Althusser, dentre outros. Quanto aos resultados, destacamos que os alunos da EJA concebem a educação como caminho para sua libertação/emancipação social, como um meio de sua mobilidade social. Entretanto, quando se trata da questão da evasão, jogam a culpa para os próprios alunos, alegando falta de interesse ou outros limites relacionados até mesmo à família, sem levar em conta outros fatores que interferem diretamente ou indiretamente nos processos educativos, a exemplo da ausência de políticas públicas adequadas para o contexto em questão. Embora percebam a EJA como um elemento positivo em seus processos formativos e de projetos de vida, não conseguem relacionar a precariedade da formação com a realidade macrossocial do modelo de sociedade capitalista, por exemplo. Isso implica em não compreender que as dificuldades relacionadas à precarização da educação nada mais é do que as consequências perversas do modelo de sociedade que se tem.

Palavras-Chave: Educação Escolar. Evasão na Educação de Jovens e Adultos no município de Coxixola.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the understanding that the students of Youth and Adults Education of a public school in the municipality of Coxixola-PB have about the school evasion that occurs in this modality of education, as well as the social reality in which they are inserted. For this, we developed our research work through a qualitative research, using as a data collection instrument the semi-structured interview. For a reflection on the subject matter we used Paulo Freire, Pierre Bourdieu and Althusser as a theoretical reference, among others. Regarding the results, we highlight that the students of EJA (YAE) conceive education as a path to their social liberation/emancipation, as a means of their social mobility. However, when it comes to issue of evasion, they blame students themselves, claiming lack of interest or other limits related to even the family, without taking into account other factors that interfere directly or indirectly in educational process, such as lack public policies appropriate to the context. Although they perceive the EJA (YAE) as a positive element in their formative process and life projects, they do not make a relation between the precariousness of formation to the macro-social reality of the capitalist model of society. This implies not understanding that the difficulties related to the precariousness of education are nothing more than the perverse consequences of the model of society we have.

Key words: School Education. Evasion in Youth and Adults Education in the municipality of Coxixola.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.	13
2.1	Origem e desenvolvimento da educação institucionalizada.....	13
2.2	A educação escolar no Brasil.....	17
2.3	A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: história, políticas e desafios.....	21
3	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ANALISADA SOB A ÓTICA DE SEUS SUJEITOS.....	36
3.1	Caminhos percorridos, sujeitos e instrumentos utilizados no processo de investigação.....	36
3.2	Uma reflexão acerca da compreensão que os discentes da EJA têm sobre as condições político-educativas reais de sua formação.....	40
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
5	REFERENCIAS.....	54
6	APÊNDICES.....	58

1 INTRODUÇÃO

No Brasil é possível perceber que a evasão escolar ainda é um problema a se resolver, haja vista os altos índices destacados na literatura. Visto que, com seus altos e baixos tem se tornando um problema em todo sistema educacional brasileiro, pois sendo a escola uma das instituições que serve como instrumento de mudança, muitas vezes tem se tornado um aparelho que tem contribuído com o aumento das desigualdades sociais, onde evadir passa a ser uma consequência quase que natural aos olhos da sociedade. (VASCONCELOS, 2002).

O número de evasão aumenta quando o assunto é direcionado para Educação de Jovens e Adultos (EJA). No entanto, o município de Coxixola não dispõe de dados oficiais sobre evasão escolar nestes últimos anos. A mesma não participou da Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) que são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Segundo o Portal MEC (2016), esses questionários têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

Na tentativa de compreender essa problemática, este trabalho buscou analisar a compreensão que os estudantes da Educação de Jovens e Adultos, de uma escola pública do município de Coxixola-PB, têm acerca dessa da evasão escolar que se processa nessa modalidade de educação, assim como da realidade social na qual estão inseridos. Para isso, utilizamos como via metodológica a pesquisa qualitativa, como meio de investigar a problemática aqui proposta, que foi do meu interesse, pois pertenço a cidade de Coxixola, e minha trajetória acadêmica ocorreu neste município na mesma escola em que a pesquisa será desenvolvida.

Embora o objetivo primeiro fosse compreender o progresso ou retrocesso das escolas brasileiras, porém esta pesquisa se deterá ao diagnóstico de uma realidade escolar local, cruzando informações do referencial bibliográfico que utilizamos, na busca das prováveis causas desta problemática que assola a EJA daquela instituição.

Como pressuposto inicial, parti da ideia de que problemas relacionados às políticas públicas, socioeconômicos, culturais podem influenciar diretamente na vida dos educandos, fazendo com que eles sofram a chamada *violência simbolizada* e exclusão escolar. De acordo com Bertrand (1998), descreve este tipo de sistema como sendo

[...] sistemas simbólicos exercem um poder estruturante (conhecer o mundo), na medida em que são também estruturados. E a estruturação decorre da função que os sistemas simbólicos possuem de integração social para um

determinado consenso. O consenso aqui apresentado é o da hegemonia, ou seja, de dominação. (BERTRAND, 1998, p. 1).

Desta forma, este tipo de violência por vezes presente nas escolas, recai sobre as classes menos favorecidas, seja por meio do conhecimento ou da linguagem que, culturalmente é considerada correta no meio social, já que é a cultura elitista que define padrões em nosso meio social.

Segundo Nienchoter (2013), para Bourdieu, o conceito do “*habitus*” seria o mediador entre a estrutura das posições objetivas, a objetividade dos indivíduos e as situações reais, no qual o indivíduo torna-se um “representante” de um padrão social. Desta forma, o aluno é moldado e modificado para o meio, que por vezes não é a sua realidade social, onde a evasão torna-se sua válvula de escape seja ela de forma instintiva ou não.

Entretanto, há um leque de fatores que levam a evasão escolar e que devem ser analisados cuidadosamente, como problemas de ordem econômica, cultural, de gênero, pedagógico etc. De acordo com a literatura, geralmente a culpa do fracasso recai sobre o educando ou sobre a sua família, isentando o Estado, assim como outras instâncias de sua responsabilidade.

Diante disto, Amaral (2007) se posiciona, afirmando que

O fato de que o grau de cultura adquirido pelo indivíduo depende significativamente do lugar social que sua família ocupa. Nesse sentido, um jovem que provenha das camadas populares terá muito mais dificuldade em ocupar uma posição de destaque na sociedade, por mais que se esforce para obter títulos e diplomas. Por outro lado, um jovem de família rica, mesmo que não queira estudar, não sofrerá mudanças quanto ao seu padrão social. (AMARAL, 2007, p. 6).

No entanto, a garantia dos direitos dos educandos está prevista em leis, como podemos constatar na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no capítulo III, Seção I da Educação, o Art. 205, em que a educação é tratada como “[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988).

Diante disto e na tentativa de refletir e contribuir com a solução dos problemas acima citados, considerando o âmbito local, busquei saber e problematizar a compreensão que os sujeitos desta pesquisa têm: da responsabilidade das instituições (família, governo, sociedade) sobre a evasão escolar na EJA devem tomar frente a esta problemática; assim como, sobre a própria realidade social em que vivem.

Quanto à estruturação deste trabalho monográfico, inicialmente foi feita uma introdução, dando uma visão panorâmica do que está posto nele; em seguida, discorremos sobre a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, expondo as bases teóricas, considerando a origem e desenvolvimento da educação institucionalizada, a educação escolar no Brasil e história e política de Educação de Jovens e Adultos no país. Depois, evidenciei os caminhos percorridos, em termos metodológicos, destacando os sujeitos e instrumentos utilizados no processo de investigação, concluindo com uma reflexão acerca da compreensão que os discentes da EJA têm sobre as condições político-educativas reais de sua formação.

2 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.

Compreender a Educação de Jovens e Adultos como está se processando atualmente no Brasil requer considerarmos toda sua história, desde o período da colonização brasileira, onde já se verifica experiências educativas com jovens e adultos. Estando a EJA inserida na história da educação escolar em sua forma ampla, a mesma iniciou há muito tempo na história das civilizações, por isto é imprescindível a compreensão de sua trajetória na educação escolar, para que desta forma seja evitado preconceito, discriminação e distorções sobre essa modalidade educacional.

Desta forma, é importante fazer uma reflexão crítica a respeito da história da educação para se compreender a existência da EJA, para situá-la com mais precisão, lembrando que o fenômeno educativo sempre teve uma vinculação com o contexto histórico, econômico, político e social de cada época. Ou seja, pensar a construção da educação escolar requer compreendê-la no contexto da luta de classe, já que historicamente a educação tem servido majoritariamente aos interesses dos grupos e classes dominantes, como vamos ver mais adiante

O estudo da história da educação é necessária para se perceber que a EJA se constituiu no contexto de uma estrutura de dominação cultural arbitrária, onde aos mais pobres tem sido ofertado uma educação de qualidade inferior. Essa história se iniciou numa época distante, onde no período da Antiguidade a educação vai se processar em civilizações diversas, mas geralmente de modo informal, espontâneo, sem uma sistematização, voltada para as questões práticas da vida cotidiana. Entretanto, no decorrer do tempo formas institucionalizadas de educação vão surgir, de acordo com as demandas que vão surgindo nas sociedades, como veremos a seguir.

2.1 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INSTITUCIONALIZADA.

É com os gregos que a educação vai apresentar um caráter mais sistemático, institucional. A educação na Grécia rompe com a tradição da educação da época e se distingue dos demais povos, ao considerar a razão mais importante que os seus mitos, colocando-a a serviço do próprio homem (LOBATO, 2001). Sobre as finalidades da educação Grega, Lobato destaca que

A educação grega tinha duas finalidades: o desenvolvimento do cidadão fiel ao Estado e a formação do homem que adquiriu plena harmonia e domínio de si. Porém a educação grega também tinha uma finalidade cívica, ou seja, a educação é uma preparação para a cidadania. Para eles, o habitante da polis só é o que é porque vive na cidade e sem ela não é nada. (LOBATO, 2001, p. 30).

Nos processos educativos desenvolvidos na Grécia antiga, ganha destaque o sistema educativo da Paideia, por meio da qual se buscava “[...] a formação do homem em suas várias esferas (social, política, cultural e educativa), ou seja, é uma educação mais antropológica e que considera o homem como um ser racional. Essa educação atribui ao homem, sobretudo, uma identidade cultural e histórica.” (LOBATO, 2001, p. 31). A Paideia consistia numa formação geral do homem que visava a sua participação como cidadão na organização política e social da polis. Agora essa formação era voltada para as elites dirigentes e os professores deveriam seguir o que estava estabelecido socialmente.

Por ser considerada um instrumento útil ao modo reprodutivo, a educação na Grécia Antiga começa a entrar em colapso e, com o passar dos anos, passa a ser substituída no período moderno pela formação “cristã” (CORREIA, 2012).

Na Idade Média, alguns dos nomes que se destaca na Educação é Santo Agostinho, nesse período, o foco seria a formação moral/ética do indivíduo, já na modernidade a luta para educação passa em especial por Lutero que busca “libertação da educação dos poderes da igreja. Em contrapartida, os católicos reagem com a Companhia de Jesus, por meio da qual se mobilizava um método educacional que visava principalmente à formação de novos líderes”. (CORREIA, 2012).

Segundo Correia (2012), desde então a educação vem sofrendo alterações em seu contexto, porém foi no século XVII com a constituição das primeiras universidades de Teologia, Filosofia, Direito e Medicina e no século XVIII com o surgimento do movimento iluminista, que ocorrem as verdadeiras transformações na educação. Nesse momento histórico os ensinamentos não se restringiam apenas às elites daquele período, mas já se estendiam a todas as camadas sociais, embora de forma restrita e precária para as populações mais pobres.

Nessa trajetória é importante considerar o Movimento do Iluminismo, o qual surgiu na Europa no século XVIII (REVELAT, 2009, p. 1). Foi um movimento considerado revolucionário, por meio do qual se defendia a “escolarização para todos”, juntamente com novos conceitos de liberdade e igualdade para a sociedade. Nessa ocasião, o movimento instituiu o desenvolvimento de entendimentos fundados desde período renascentista (século XV e XVI). Apesar disto, os princípios da “individualidade e razão” ganharam espaço no

início da Idade Moderna. Ainda no período Iluminista surgiram grandes nomes da intelectualidade, como René Descartes, Jean-Jacques Rousseau, Isaac Newton, entre outros, os quais contribuíram, e ainda contribuem, significativamente para o desenvolvimento da humanidade, com seus conceitos e descobertas científicas.

Na Modernidade, as escolas constituíam instruções aos alunos e não mais em seu sentido mecanizado, porém, o sistema escolar não estava preparado para tal mudança. Sobre essa questão, Revelat (2009) destaca que

A escola sempre foi uma instituição elitista, não poderia transformar-se rapidamente e sem a devida preparação numa escola democrática. Por conseguinte, a escola foi marcada pela evasão escolar, dificuldades de aprendizagem e outros problemas relacionados à expansão do ensino. (REVELAT, 2009, p. 1).

Diante de tantas transformações em seu contexto histórico, foram confiadas à escola outras funções sociais. Pois agora o indivíduo vivencia os processos de escolarização para seguir as normatizações de uma sociedade com organização e regras próprias. Segundo Revelat (2009), “Além de transmitir conhecimento, foi atribuído para a escola a responsabilidade de socialização e de submeter os indivíduos a rito de passagem, para então o indivíduo alcançar a escolarização a nível superior.

No período Moderno surgiu o capitalismo e consigo suas formas de trabalho, as quais foram sendo cada vez mais modificadas para manter a redução de custo e o acúmulo de capital. Com o decorrer dos anos o sistema escolar teve que se adaptar às tecnologias e com isso à valorização e qualificação do novo trabalhador. Como explica Batista (2011);

Para que os modos de produção obtivessem sucesso, era preciso ‘produzir’ o perfil do trabalhador adequado às atividades. Dessa forma, a escola se adequava às exigências do mundo do trabalho organizando, o trabalho pedagógico de forma rigidamente hierarquizada e centralizada, a fim de assegurar a disciplina necessária à vida social e produtiva. (BATISTA, 2011, p. 6).

No entanto, o dever da educação escolar deveria ser; ensinar fatos, histórias e conhecimentos diversos, “conhecimentos estes que os façam perceber as injustiças do sistema para que possam trabalhar para superação da injustiça social que assola os dias atuais.” (PENTEADO, 2007). Ensinar como o contexto histórico classes inferiores sempre foram oprimidas, exploradas e marginalizadas. Onde o papel da educação seria de conscientização e não de adequação ao sistema que sempre abusou e acumulou-se nas mãos de poucos.

Na educação capitalista, as desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais; relações de opressão e exploração contra as classes trabalhadoras, mantem o

fracasso das camadas exploradas, onde a conformação do ensino às demandas do capital, empobrece a educação, desta forma “anulando ou secundarizando” o seu aspecto político, por meio do qual, se deseja a mudança social.

Para Penteado (2007, p. 5), o sistema capitalista busca intervir na educação, onde “[...] a preocupação, entretanto não tem princípios humanitários, mas sim acontece porque se percebe que a miséria e a pobreza vêm se tornando um estorvo para o sistema capitalista, colocando em risco o seu desenvolvimento”, uma vez que são os de classes inferiores que mantem o sistema excludente em operação seja na mão de obra barata ou na operação dos “códigos da modernidade”

É importante destacar que o capitalismo influenciou o universo escolar, por vezes drasticamente, impondo uma ideologia que se distancia das reais necessidades humanas. Para exemplificar, a partir dessa perspectiva o indivíduo passou a relacionar escolarização com sucesso financeiro e social, onde o nível escolar agora constitui a mão-de-obra e consigo sucesso social (*status*).

Segundo Penteado (2007, p. 01) Este pensamento de escolarização como classificadora de *status* é uma visão “romântica e distorcida da realidade”, pois “[...] a escola não pode servir aos interesses do sistema capitalista, pois não é sua função formar a mão-de-obra para o mercado de trabalho, mas sim, função do próprio mercado de trabalho formar sua mão-de-obra qualificada”.

Desta forma, a educação torna-se um instrumento do capitalismo, da reprodução, acúmulo de capital e com isso ocorre o perpetuamento das classes sociais, já que, nem sempre o indivíduo de classe mais empobrecida consegue se escolarizar para competir com igualdade no sistema capitalista. Para Penteado (2007):

Mesmo diante deste cenário tão preocupante precisamos empreender esforços para pensarmos na educação tendo em vista, a formação humana plena, superando assim o nexo instrumental do sistema capitalista, que propaga a meritocracia, a competitividade, o lucro exacerbado. Precisamos pensar em uma educação que venha a contribuir para a emancipação, tendo em vista a imaterialidade do conhecimento, que não é uma mercadoria que possa ser posta em negociação mercadológica. (PENTEADO, 2007, p. 6).

Com o capitalismo intervindo nas políticas públicas de educação, as mesmas voltadas para a formação do aluno/trabalhador, a educação que está sendo vista apenas a formação profissional do indivíduo, os deixando por vezes excluídos, já que como foi anunciado em parágrafos anteriores, não se pode restringir a formação dos alunos apenas ao mercado de

trabalho. Essa qualificação deve ocorrer em sua forma ampla e completa do sujeito social, pois para Batista (2011):

Não se deve objetivar a educação como forma de propiciar aos alunos, principalmente das escolas públicas, melhores condições de adaptação ao meio. Embora a educação contribua para uma certa conformação do homem à realidade material e social, ela deve possibilitar a compreensão dessa mesma realidade com a intenção de transformá-la. (BATISTA, 2011, p. 8).

Contemporaneamente prevalece nos sistemas de ensino a educação capitalista, voltada para os interesses das classes dominantes, embora se observe outras perspectivas pedagógicas alternativas mais próximas da perspectiva das classes trabalhadoras.

Com relação à educação escolar no Brasil, a sua origem e desenvolvimento são semelhantes ao que temos visto acima, ou seja, ela tem se configurado como um instrumento de ideologização e de reprodução a favor das elites, como podemos ver no item seguinte.

2.2 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

A educação institucionalizada no Brasil teve início por volta de 1549 com a chegada dos jesuítas portugueses no país, no qual os mesmos foram os educadores voltados inicialmente para a área da religião cristã, precisamente para a catequização dos povos indígenas, com o intuito de torna-los mais dóceis e úteis como mão-de-obra. Em período posterior, a prática educativa dessa companhia esteve voltada prioritariamente para a educação das elites, tendo em vista a obtenção de lucros, assim como a formação de sacerdotes, como destaca Ribeiro (1993, p. 16). A educação jesuítica predominou por mais de 200 anos.

Em 1822, com a conhecida “independência” do país, houve uma mudança no cenário político/social e também econômico onde proferiam os primeiros passos para a “política educacional”, porém de forma descentralizada, ou seja, onde se verifica o afastamento do governo da responsabilidade de garantir educação para todos. (PEREIRA, 2007).

Assim, com a ausência de um centro de unidade e ação, e diante das características da formação política e cultural do país, acabaria por danificar a política imperial de educação. Diante disto Pereira (2007) nos lembra:

[...] que apesar da escola ter como projeto a educação da grande massa não se tratava fornecer todo o ensino a toda sociedade, já que esta escola era oferecida nos moldes das elites cafeicultoras da época que visavam normatizar simplesmente os movimentos populares que reivindicavam instrução pública. (PEREIRA, 2007, p. 7).

Seguindo o pensamento de Pereira (2007), apesar da implantação da escola pública no Brasil ter ocorrido em meados do século XIX, a educação nas classes populares agitou “uma vasta e prolongada disputa” sobre os meios da constituição do sistema educacional de ensino. Esse “aparelho” tinha por finalidade constituir e fundar uma educação primária, porém de forma “racionalizada e unificada”, com a intenção de receber e atender um grande número de crianças, já que o período exigia escolas adequadas para a educação da grande massa social.

Em virtude da inclusão de forma global, alguns aspectos como: a obrigação escolar, a responsabilidade do Governo pelo ensino público, “[...] a secularização do ensino e da moral, a nação e a pátria como princípios norteadores da cultura escolar, a educação popular concebida como um projeto de consolidação de uma nova ordem social”. (PEREIRA, 2007, p. 07). A escola agora passa a ser um símbolo da instauração de uma nova ordem e com um alto nível de “aceitação” por diversos países desenvolvidos ou subdesenvolvidos

Nesse cenário, as escolas públicas foram elevadas à categoria de “redentora da nação e de instrumento de modernização por excelência”. Em nosso país, o entendimento de escola primária foi constituída a princípio em São Paulo, onde existia a base para o projeto educacional republicano. Os pré-requisitos para o processo nacional seriam o desenvolvimento intelectual, e da ética só seriam alcançados por intermédio da educação. Para Pereira (2007)

[...] os grupos escolares constituíram um fenômeno urbano, já que no meio rural ainda predominou por muito tempo as escolas isoladas. Na qual a escola eficiente para a formação e seleção das elites foram os grupos escolares, já que as questões do ensino para as massas populares só estiveram presente na reforma paulista em 1920. (SAVIANI, 2006, *apud* PEREIRA, 2007, p. 7).

No entanto, novas práticas educacionais foram constituídas, onde o ensino escolar agora passava a ser simultâneo, com materiais curriculares, distribuição de conteúdo e horários pré-definidos. Houve também a introdução de um sistema de avaliação, divisão do trabalho no sistema educacional, construção de unidades educacionais, ao qual abrangesse diversas salas de aula, permitindo assim o acréscimo de profissionais para a área, já que cada sala de aula seria referente uma série e teria um professor.

No ensino primário seria ministrado em quatro anos, com disciplinas que mediavam uma educação integral, sendo elas “educação física, intelectual e moral”. Antecipando assim o “emprego de método intuitivo” exigindo dos alunos à presença em sala, higiene, ordem, submissão entre outros. “Havia também práticas “ritualizadas” e “simbólicas”, como os exames finais, as exposições escolares, as datas cívicas e as festas de encerramento do ano letivo”. (PEREIRA, 2007, p. 8).

Para Pereira (2007), os “grupos escolares” foram constituídos como forma da elite paulista inserir padrões escolares para serem praticado em diversos Estados do Brasil, fazendo parte, dessa forma, da política educacional de diferente Governos, onde este novo método escolar proporcionou em forma de “ensino seriado que os alunos eram distribuídos homogeneamente sob a orientação de somente um professor”. Diante disto:

[...] a escola primária foi “(re) inventada”: novas finalidades, uma outra concepção educacional e uma outra organização do ensino. O método individual cedeu lugar ao ensino simultâneo; a escola unitária foi, paulatinamente, substituída pela escola de várias classes e vários professores, o método tradicional cedeu lugar ao método intuitivo, a mulher encontrou no magistério primário uma profissão, os professores e professoras tornaram-se profissionais da educação. (PEREIRA, 2007, p. 9)

Embora as escolas públicas brasileira, no início do século XX, estivessem abertas às camadas populares, porém só foram integrados aqueles sujeitos pertencentes aos centros urbanos, ficando de fora os pobres rurais, os miseráveis e negros, dentre outros. No entanto, na década 20, estes “setores” reivindicaram espaço nas unidades da escola pública, despertando uma inquietação na elite do Brasil com a organização e manutenção do sistema capitalista, que no novo cenário se vê pressionada a inserir as classes mais empobrecidas ao mercado de trabalho.

Para Pereira (2007, p. 10), o conjunto das exigências para uma escola nova brasileira, teve como documento de apoio “O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, representado por nomes como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, teve como objetivo a realização da reconstrução social pela reconstrução educacional”, onde valores como “laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, co-educação e unidade da escola” seriam uma associação pedagógica que faria parte da hipótese em que a educação em todos os graus seria papel do Estado em manter a sua funcionalidade. Nesse momento, o analfabetismo é denunciado pela primeira vez e o movimento defende uma reorganização do sistema escolar, porém sem fazer a devida crítica ao capitalismo.

O Manifesto apresenta-se, pois, como um instrumento político, [...] foi um marco divisório na história da educação brasileira, pois interferiu na periodização de nossa história educacional, fornecendo novas valorações a determinados princípios e ideias e estabelecendo novos marcos no campo educacional. Além disso, as diretrizes firmadas no manifesto influenciaram o texto da Constituição de 1934 que consagrou o Conselho Nacional de Educação, atribuindo-lhe como principal função a de elaborar o Plano Nacional de Educação. (PEREIRA, 2007, p. 10).

Na década de 30, com a instauração do Estado Novo, nota-se um aumento das verbas para a educação, haja vista as demandas do mercado de trabalho que naquele momento estava em alta. Conforme Ribeiro (1993), houve, nesse período,

[...] uma tentativa de se traçar uma política educacional de âmbito nacional Criaram-se órgãos como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937), o Instituto Nacional do Cinema Educativo (1937), o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938) e o Serviço Nacional de Radiofusão Educativa (1939). Com o desenvolvimento industrial, havia a necessidade de uma formação mínima ao operariado, e de maneira rápida e prática. Assim foi criado o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - através do Decreto-Lei no 4048, de 22 de Janeiro de 1942, com finalidade de ministrar um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial. O SENAI era dirigido pela Confederação Nacional das Indústrias e mantido pelas contribuições das empresas a ela filiadas. (RIBEIRO, 1993, p. 23).

Nos anos 50, destaca-se o debate entre os defensores da escola pública e os da escola privada, sendo esta defendida pelos donos das escolas privadas e pela Igreja Católica. Sobre esse aspecto é importante dizer que historicamente as escolas católicas tem priorizado o ensino para os filhos das elites, inclusive com subvenção pública. (RIBEIRO, 1993).

Na década de 60, os movimentos populares de educação ganham força e propõe uma nova perspectiva de educação, com destaque para as obras de Paulo Freire. Por meio desses movimentos, buscava-se “[...] levar ao povo, elementos culturais como teatro, cinema, artes plásticas; além de alfabetizá-lo e fazer com que a população adulta participasse ativamente da vida política do país.” (RIBEIRO, 1993, p. 25). Toda essa movimentação é reprimida com o golpe militar-civil de 64 e a educação do país passa a sofrer influência do tecnicismo, que é uma perspectiva educacional que se “configurava na preparação de mão-de-obra qualificada para atuar no mercado de trabalho, e o conteúdo a ser transmitido correspondia a informações objetivas” (SILVA, 2015. pág. 04).

De acordo com Silva (2015), esta metodologia seria utilizado para a transferir conhecimentos no modelo fabril, ou seja as divisões de tarefas, entre os diversos técnicos de ensino, os mesmo também seriam responsáveis pelo planejamento lógico e coerente do trabalho educacional. Diante disto a trabalho do professor estaria resumida apenas em “executar do que foi planejado para a sala de aula”. Além de “burocratizar” a educação, este modelo de ensino também alterou a função do professor transformando em um técnico, onde seu cargo foi rebaixado e “inferiorizado”. Desta forma

Acreditava-se que o processo se racionalizava à medida que se agisse planificadamente. Para tanto, era mister baixar instruções minuciosas sobre como proceder com vistas a que diferentes agentes cumprissem cada qual as tarefas específicas, acometidas a cada um no amplo espectro em que se fragmentou o ato pedagógico. (SAVIANI, 2013. Apud SILVA, 2015, p. 04).

Nos anos 80, com a abertura política, destacamos a elaboração da LDB de 1996 como sendo uma forma de ruptura dos conflitos entre ensino público e ensino privado. Segundo OLIVEIRA (1997), este conflito que “[...] esteve presente no momento da elaboração da Constituição de 1988 e vem à tona no processo de elaboração da nova LDB”, onde o Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública (FNDEP) buscou conquistar uma Lei que defendesse a ideia de melhoria na qualidade do ensino “[...] estando diretamente relacionada à aplicação maciça e adequada dos recursos públicos na rede pública de ensino. Com isso, deixam bem claro que não querem recursos públicos. No entanto, não querem, também, a interferência do poder público em suas escolas.”. (OLIVEIRA, 1997, pág. 01). Conforme Oliveira,

Em 20.12.96 é sancionada, sem vetos pelo presidente da república, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Partindo-se da concepção de Estado constituído pela sociedade política e sociedade civil verifica-se que na tramitação do projeto de LDB no Congresso Nacional, as entidades educacionais organizadas, na luta pela hegemonia, com concepções de mundo diferenciadas, procuram obter a adesão de várias forças sociais, estabelecem estratégias de ação, pressionam os parlamentares, apresentam sugestões de emendas, articulam-se com os partidos políticos, numa verdadeira “guerra de posição”, definindo com mais ênfase a correlação de forças para aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (OLIVEIRA, 1997, p. 09).

Apesar de ter passado por tantas transformações, atualmente a Educação continua em declínio, seja com as evasões estudantis, seja com a precariedade das estruturas físicas ou do próprio quadro de servidores do sistema escolar. As políticas educacionais não funcionam satisfatoriamente, fazendo com que perante à um leque de dificuldades enfrentadas no universo escolar, é necessário repensar a verdadeira função da escola na formação do indivíduo social.

Nesse panorama da educação brasileira surge a modalidade da Educação de Jovens e Adultos, que tem também a sua própria história, como veremos a seguir.

2.3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: HISTÓRIA, POLÍTICAS E DESAFIOS

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de educação que busca suprir as defasagens do sistema educacional, onde o público alvo desta modalidade são agricultores,

donas de casa, jovens e adultos que trabalham durante o dia e que não conseguiram concluir os estudos no período considerado “normal”.

O surgimento da Educação de Jovens e Adultos no Brasil está diretamente relacionado com o fracasso das políticas educacionais, assim como das demais políticas sociais que servem de suporte à educação. A EJA surgiu devido ao mal funcionamento da educação, onde muitos indivíduos das classes sociais inferiores são excluídos do processo educativo devido à falta de oportunidade quando criança, a necessidade de complementação da renda familiar ou até mesmo dificuldades para locomoção até as instituições.

Com um vasto histórico de desigualdades sociais e econômicas, o Brasil busca amenizar essa negatividade que também se estende ao campo educacional. Assim como na área econômica, a educação não é distribuída de forma homogênea entre a nação brasileira. Desta forma, a educação de qualidade também se restringe a uma minoria da população que em geral é elite no Brasil.

Segundo Oliveira (2004, p. 1), antes de se realizar uma definição pedagógica para a EJA é necessário desvendar “[...] quem são os jovens e adultos atendidos por esta modalidade de ensino? Por que educá-los? Como educá-los?”, para que, desta forma, se constitua uma pedagogia adequada e voltada especificamente para este tipo de público.

A Educação de Jovens e Adultos é composta por indivíduos pobres, trabalhadores urbanos e rurais, jovens e adultos marginalizados, que sofrem com o preconceito de uma sociedade que os culpam pelo não sucesso escolar e não ao poder público por seu “fracasso”, por não consentirem aos sujeitos o direito a educação que está previsto por lei. Numa perspectiva freiriana, os indivíduos que constituem a EJA são pessoas que possuem uma história, um aprendizado e que devem ser compartilhados com ambos da turma que formam esta modalidade em sua localidade, seja ele professor ou aluno. (OLIVEIRA, 2004, p. 4).

Em uma tentativa de diminuir as desigualdades educacionais no país, sob grande pressão dos organismos internacionais, buscou-se desenvolver no Brasil uma série de iniciativas para suprir as necessidades educacionais ao máximo da população, em especial a população adulta. No entanto, a qualidade da escolaridade ofertada aos jovens e adultos tem sido um novo fracasso, e mais uma vez frustrando a esperança daqueles que não obtiveram a oportunidade de concluir os estudos no período regular disponibilizado pelo sistema educacional brasileiro.

Na V Conferência Internacional da Educação de Adultos, realizada em 1997, foi defendido, na Declaração de Hamburgo, que a EJA deveria ser reformulada e passar a ser obrigatória e mais atuante nas escolas no Brasil, onde também o programa passar a ser de

responsabilidade municipal. Na referida Declaração, “Os representantes dos Governos e organizações presente na V Conferência Internacional de Adultos decidiram, unanimemente explorar o potencial e o futuro de adultos, dinamicamente concedida dentro do contexto da educação para toda vida”. (SESI/UNESCO, 1999, p. 19).

No entanto, na trajetória da EJA os problemas antigos se repetem e as políticas não dão conta das necessidades apresentadas pela sociedade. No decorrer da história da EJA vamos perceber uma série de políticas descontínuas e insuficiente que demonstram muito bem o descaso das autoridades políticas com relação à educação das populações mais pobres.

Embora a Educação de Jovens e Adultos (EJA) seja considerada uma modalidade difícil de ser interpretada uma vez que, para Strelhow (2000), “até uns anos atrás, essa educação resumia-se à alfabetização como processo comprometido em aprender a ler e escrever”. A proposta do programa é de “preencher as lacunas” deixadas no sistema educacional brasileiro que é tão excludente, pois o público deste programa são pessoas economicamente frágeis, marginalizados pela sociedade e por vezes sentindo-se culpados por não conseguirem dar continuidade aos estudos em seu período “normal”.

Diante disto, Strelhow (2000) afirma que

Existem muitos motivos que levam esses adultos a estudar, como, exigências de mercado de trabalho[...] satisfação pessoal, a conquista de um direito, a sensação da capacidade e dignidade que traz auto estima e a sensação de vencer barreiras da exclusão. (STRELHOW, 2000, p. 50).

Em termos de política pública, a primeira Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), realizada nos anos finais da década de 40, vai ser a primeira iniciativa pública a se destacar na trajetória da EJA. De acordo com Almeida e Corso (2015):

Essa Campanha percebia a educação como processo destinado a proporcionar a cada indivíduo, segundo suas capacidades, os instrumentos indispensáveis ao domínio da cultura de seu tempo, as técnicas que facilitassem o acesso a essa cultura e com os quais cada homem pudesse desenvolver-se e procurar melhor ajustamento social. (ALMEIDA e CORSO, 2015, p. 1286).

Essa tentativa de ajustamento social, voltado prioritariamente para o mercado de trabalho e para dar satisfação aos organismos internacionais se repete na maioria das políticas governamentais que tem se desenvolvido na história da EJA, com poucas variações. Portanto, vamos verificar a preponderância desse perfil nessa trajetória.

Com a realização da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) nos anos 50, foi constituída uma nova etapa no tema Educação de Adultos. Os organizadores desta campanha buscavam a compreensão que a ação “alfabetizadora era insuficiente”. Desta

forma priorizando o ensino entre crianças e jovens, pois acreditava-se que para a educação ainda poderia significar alteração em suas condições de vida.

Embora o perfil conservador, utilitarista prevaleça na história da EJA, é possível constatar experiências alternativas, com um perfil mais popular e democrático, sob influência de Paulo Freire. De acordo com Pacheco (2013), entre as décadas 50 e 60, “[...] o educador Paulo Freire emerge no cenário nacional com uma proposta de alfabetização conscientizadora, que fosse um instrumento de libertação das classes oprimidas”.

Sob influência da perspectiva freiriana, em 1962 foi constituída na Paraíba a CEPLAR, o qual foi um movimento criado por jovens da Universidade Católica da Paraíba, que buscavam a alfabetização de empregadas domésticas. De acordo como o professor Fávero (2004), o grupo também lutavam por direitos e dissoluções para a população junto a uma empresa local na cidade de Sapé, desta forma aproximando-se da visão educacional de Paulo Freire, onde o mesmo tornou-se um dos laboratórios pioneiros em alfabetização da camada popular excluídas de seus direitos constitucionais.

Destacam-se também como experiências democrático-populares, nesse período, o surgimento do Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela alas progressistas da Igreja Católica e a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, realizada pelo Estado do Rio Grande do Norte. Conforme Almeida e Corso (2015), esta

Campanha tinha como pressuposto a imediata extensão das oportunidades educacionais para toda a população daquela região. As carências financeiras e institucionais para a implantação de um programa de tal proporção impulsionaram a construção de acampamentos escolares abertos, nos quais se alfabetizavam crianças e adultos das classes populares. (ALMEIDA e CORSO, p. 1289).

Em 1963, foi apresentado por Paulo Freire um Plano Nacional de Alfabetização (PNA), no qual era proposto um movimento de alfabetização que considerasse o contexto da cada comunidade. Entretanto, João Goulart, o então presidente naquele período, sofreu um golpe político comandado pelos militares brasileiros e nesse contexto Freire foi expulso do país devido seus ideias considerados perturbadores e revolucionários pelo novo governo.

Diante do grave problema do analfabetismo no Brasil e das pressões externas, o governo militar lança, a partir de 1967, o MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização –, o qual cresceu por todo território nacional, variando sua atuação. Esse movimento resiste durante toda a atuação dos militares, sendo extinto com o fim da ditadura, vindo, em seguida, a Fundação Educar e o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania, ambos extintos em poucos anos, antes de alcançarem as metas esperadas. (PACHECO, 2013, p. 06).

Entretanto, o MOBRAL foi considerado o movimento de maior negatividade do analfabetismo brasileiro. Segundo Strelhow (2000, p. 55), “O MOBRAL procura estabelecer a ideia de que as pessoas que não eram alfabetizadas eram responsáveis por sua situação de analfabetismo e pela situação de subdesenvolvimento do Brasil”. Diante disto retirando toda a responsabilidade governamental sobre a desigualdade social principalmente na área da educação.

Além do MOBRAL, os militares criaram também no período do regime a Cruzada Ação Básica Cristã (Cruzada ABC) e o ensino supletivo. A Cruzada ABC foi instituída a partir do acordo MEC-USAID, que foi um programa que visava, dentre outras questões a integração e subordinação do país ao capital internacional. E quanto ao ensino supletivo, regulamentado pela Lei nº 5.692/71, Almeida e Corso (2015, p. 1291) afirmam que foi uma iniciativa em que se verificou um elevado índice de evasão, uma vez que “[...] o processo educativo reduzia-se à aprendizagem de instruções contidas nos módulos instrucionais sem que fosse contemplado um espaço socializador de vivência educativa.”

Em 1985, o MOBRAL é substituído pela Fundação Educar, mas a perspectiva político-pedagógica mantém as mesmas características do anterior. Nos anos 90, precisamente no governo Collor, a Fundação Educar é extinta e no seu lugar se institui o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), o qual fracassou, haja vista a falta de financiamento adequado.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), onde se verifica a efetivação das reformas neoliberais em grande escala constata-se o

[...] início a sucessivas ações no campo educacional que reforçam a desresponsabilidade do Estado com a Educação de Jovens e Adultos e remete para a iniciativa privada e para a filantropia a responsabilidade por seu atendimento. O governo fechou o único canal de diálogo com a sociedade civil organizada por meio da Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos (CNEJA) e através do Programa Alfabetização Solidária, remeteu à esfera da filantropia parcela substancial da responsabilidade pública pelo enfrentamento do analfabetismo. (HADDAD, 2008, apud ALMEIDA E CORSO, 2015, p. 1292).

Já em 1995, no contexto da EJA, surgiu o Programa Alfabetização Solidária, uma iniciativa que busca parcerias com pessoas físicas e jurídicas. De acordo com Pacheco (2013), o Programa Alfabetização Solidária foi criticado pelos estudiosos da educação que o compreenderam como uma tentativa de passar a responsabilidade do público para o privado.

É fundamental lembrar que ações governamentais sempre visaram o mundo “de cima para baixo”, desconsiderando principalmente a educação e sua relação com educadores e educandos. Tornando-se frustrante a confirmação que, no século XXI, não exista ao menos

uma metodologia completa para a EJA. Pacheco esclarece isso através do método Paulo Freire.

Apesar de parecer contraditório, o termo “método Paulo Freire”, na verdade, ensina que o professor desenvolve um método a partir da turma e do meio em que ela está inserida, ou seja, esse método vem contra as cartilhas previamente elaboradas com lições infantilizadas, as quais, em nenhum momento, levam em consideração as experiências vividas por jovens e adultos, visto que estes já chegaram à escola com uma bagagem de conhecimentos adquiridos no decorrer de sua vida, que, conforme Freire, citado por Brandão (2006), de maneira nenhuma pode ser desconsiderada ou ignorada. (PACHECO, 2013, p. 07).

Tendo em vista que, será a partir do reconhecimento de informações dos educandos, que a sua “leitura de mundo”, onde o resgate e valorização de suas histórias possuindo assim a interação e transmissão de conteúdo recíprocos. Desta forma tendo como base a ampliação de aprendizagem, leitura e escrita do indivíduo adulto que busca por uma alfabetização mesmo que tardia, pois de acordo com de Pacheco (2013):

A formação continuada se torna ainda mais importante, já que, ao invés de apresentar atividades prontas, irá trabalhar no professor sua importante posição em relação ao outro, o respeito às diferenças, e orientá-los a trabalhar os sentimentos, juntamente com o conteúdo, da melhor forma possível. Por isso também o próprio método de alfabetização que Paulo Freire pensou funciona de tal sorte que realiza, dentro do círculo de cultura, prática do diálogo que o sonho do educador imagina um dia poder existir no círculo de cultura, entre os homens, aí sim, plenamente educadores e educandos de todas as coisas. (PACHECO, 2013, p 08).

Seguindo o pensamento de Pacheco (2013), retomamos aos ideias de Freire, ao qual a conscientização é um método que transforma a maneira de pensar, é um processo coletivo inacabado de análise, criatividade e compromisso. Apesar de não haver professores especializados em EJA, não se pode dispensar aluno desta modalidade, uma vez que tem seus direitos resguardados pela Constituição.

Contudo, também não podemos fazer com que os alunos em formação sejam fabricados em uma linha de produção denominada como “indústria-escola”, tendo como base o lucro da economia, para serem alienados e até vendidos como produtos ao mercado capitalista que está tão presente em nossa realidade social. (BATISTA, 2011).

O neoliberalismo sendo uma nova versão do liberalismo, onde o indivíduo possui liberdade nos campos: financeiros, intelectual, político e religioso. Segundo Parejo (2007), a doutrina do neoliberalismo “foi formulada pela primeira vez em 1947 por Friedrich August von Hayek. Ela partia do princípio de que o mercado deveria servir como base para organização da sociedade”, onde as exigências de um Estado regulador e assistencialista, que

deveriam controlar parcialmente o funcionamento do mercado, uma vez que esta concepção busca;

[...] uma desregulamentação da economia (controles públicos menos rígidos das atividades econômicas), a privatização das empresas estatais como as usinas de energia, as indústrias de base, a construção e administração de estradas, a administração de portos e até parte de setores de fundamental interesse público como saúde e educação.” (PAREJO, 2007).

Desta forma, com o fortalecimento do neoliberalismo, que obrigava o universo escolar a moldar o novo tipo de trabalhador estabelecido pela política neoliberal, as escolas sucumbiam as exigências do capitalismo, onde segundo Batista (2011, p. 6) “[...] passa-se a exigir um novo perfil de trabalhador, que tenha mais conhecimentos, saiba comunicar-se adequadamente, trabalhe em equipe, adapte-se a novas situações, crie soluções originais e seja capaz de educar-se permanentemente”.

Segundo Revelat (2009), “cooperação e solidariedade” são essenciais para a superar a defasagem do sistema educacional. No entanto pra se resolver o problema da escola, tem que ter mais do que cooperação e solidariedade no interior da instituição. Além das questões que se processam dentro da escola (prática pedagógica, relações etc.), também seria necessário que o Estado desenvolvesse e implementasse políticas adequadas, que contemple questões relacionadas com à infraestrutura, valorização do magistério, condições de trabalho, formação dos funcionários entre outros. Ainda para o historiador:

A Escola reflexiva, apoiada em políticas educacionais eficientes, deve ser o resultado da ação integrada de professores, alunos, pais, funcionários, coordenadores e diretor(a) em torno de projetos interdisciplinares e transdisciplinares que visam solucionar de maneira prática as demandas da instituição, e buscam, em última instância, formação integral dos educandos e a construção de uma escola alicerçada nos valores humanos. (REVELAT, 2009).

Desta forma, a citação acima reforça o que já foi citado em parágrafos anteriores, sendo necessária uma ação conjunta no sistema educacional para que haja assim um avanço no processo educativo no de jovens e adultos.

Com relação ao governo Lula (2003-2010), nota-se que há um investimento maior na EJA, como se percebe na pesquisa de Lima (2016). Assim que o governo foi instalado, em janeiro de 2003, já havia sido divulgado pelo MEC que:

A alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do novo governo. Diante disto, foi constituída a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, no qual tinha como finalidade a erradicação do analfabetismo durante o governo Lula. Para cumprir essa meta foi lançado o Programa Brasil Alfabetizado, por meio do qual o MEC contribuirá com os órgãos públicos

estaduais e municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos que desenvolvam ações de alfabetização. (LIMA, 2016. p. 06).

Conforme destacam Almeida e Corso (2015), no governo Lula nota-se uma expansão do ensino profissional, por meio de variadas iniciativas, geridas por diversos ministérios, como está posto abaixo:

Brasil Alfabetizado, Saberes da Terra, Proeja, Escola de Fábrica, Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, ENCEJA, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã, Plano Nacional de Qualificação, Agente Jovem, Soldado Cidadão, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, PRONERA, PROEP (Ministério da Educação e Ministério do Trabalho), Plano Nacional de Qualificação, PNQ (MTE), Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da área de Enfermagem - PROF AE (Ministério da Saúde), Programa de Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil/Soldado Cidadão (Ministério da Defesa). (ALMEIDA e CORSO, 2015, p. 1293).

Somam-se às iniciativas acima o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM), voltado “[...] para conclusão e certificação do ensino fundamental articulado à formação profissional inicial para um público de 18 a 29 anos.” (ALMEIDA E CORSO, 2015, p. 1295).

Por meio do Decreto N° 6.629/08, vários programas sociais relacionados à juventude foram integrados, passando a ser

[...] chamado de Projovem Integrado, com quatro linhas de atuação: O Projovem Urbano, sob responsabilidade do Ministério da Educação; o Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, consiste na reestruturação do programa Agente Jovem; o Projovem Trabalhador sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, incorporou de forma unificada os programas Escolas de Fábrica, Juventude Cidadã e Consórcio Social da Juventude; e, por fim, o Projovem Campo, sob a coordenação do Ministério da Educação, consiste na reorganização do programa Saberes da Terra. (ALMEIDA e CORSO, 2015, p. 1295).

Quanto ao governo Dilma, nota-se uma continuidade das políticas anteriores, com um destaque para a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), sendo apontada como justificativa a necessidade de obra qualificada, dada a expansão que se verifica na economia do momento. (PIERRO E HADDAD, 2015).

Nas propostas anteriores a EJA basicamente se restringia a ensinar aos adultos apenas “ler e escrever”, no entanto essa modalidade educacional tem sofrido algumas transformações que sinalizam um avanço nas políticas voltadas para EJA. Com o passar dos anos, a formação para de professores da EJA avançou, havendo novo olhar mais atento sobre os educadores

desta modalidade, pois segundo Soares (2011, p. 245) “Não basta educar os educadores. É preciso educar os educadores para participarem em um projeto de transformação social”.

Por anos a educação trabalhada em sala não era de qualidade, pois não foi desenvolvida para o público formador das turmas da EJA. Acreditava-se que qualquer indivíduo que soubesse ler ou escrever estaria apto para lecionar uma turma de jovens e adultos. Ainda hoje “[...] os estudos dos jovens e adultos não recebem atenção diferenciada por parte os cursos de formação de professores” (Idem).

Apesar disso, no decorrer do tempo foram constituindo políticas públicas e pedagogia, ao qual buscava-se a melhoria educacional e o desempenho dentro e fora da sala de aula, melhorias esta que, “[...] condissesse com a realidade dos adultos ali presente”. No qual essas novas formas aprendizagem ultrapassassem as paredes da escola, onde este novo método pedagógico além de transformação escolar também significasse social.

Pois segundo Soares (2011)

Se a mudança é um processo subjacente ao fenômeno educativo, ao realizar-se no campo da EJA, ganha novos contornos. Esse processo não se restringi, então, a mudança de caráter micro, pessoal; ele poderá alcançar a dimensão macro, coletiva, social. Uma vez que os alunos – jovens e adultos – pertencentes populares vivenciam as ressonâncias da condição de exclusão, o processo educativo vivenciados por elas poderá atingir a dimensão subjetiva, criando estratégias de superação da inferioridade, desnaturalizando-a. (SOARES, 2011, p. 249).

O principal idealizador desta pedagogia para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil foi Paulo Freire. Para este teórico ninguém é totalmente analfabeto, cada um carrega um tipo de educação, e/ou uma história que deve ser compartilhada entre professores e alunos, pois o mesmo enxergava na educação um meio de libertação e conscientização, ao qual despertasse no sujeito EJA a crítica e o seu desenvolvimento social.

De acordo com Moura (2014)

A ideia inicial do pensamento de Freire compreende uma educação que não é neutra, pois a mesma quando vista sobre as dimensões da ação e da reflexão de certa existência pressupõe a atuação do homem sobre essa realidade. O princípio da politicidade nas ideias de Freire concebe a educação como problematizadora, que mediada pelo diálogo busca a transformação através do pensamento crítico. (MOURA, 2014, p. 13)

Segundo Moura (2014), Paulo Freire acreditava na substituição da educação mecânica pela educação libertadora, com princípios conscientizadores, de maneira que fosse adequada à realidade social dos indivíduos participantes. Assim também como “linguagens e escritas”, a metodologia seria revolucionária e alcançaria o real objetivo de alfabetização para jovens e adultos brasileiros, uma vez que Freire buscava “por promover a relação entre educador e

educando e a valorização da sua cultura, do vocabulário do sujeito alfabetizando. (MOURA, 2014, p. 16).

Paulo Freire iniciou o seu método de ensino em Angicos – RN, em 1963, o qual teve uma grande repercussão positiva tanto nacional como internacional. Para Ireland (2014), apesar de hoje Freire ser considerado como referência em educação para adultos, o mesmo no passado foi considerado “[...] subversivo e ignorante e posteriormente preso e exilado”. Para Ireland (2014)

A proposta de educação e alfabetização que fundamentava a experiência de Angicos suscitou uma pedagogia diferente, superadora da tradicional, com a ênfase no diálogo entre educador e educando e entre os saberes científico e popular. Os educandos eram concebidos e tratados como protagonistas e sujeitos do processo educativo, já que a alfabetização partia de palavras da sua vivência e de seu vocabulário. Invertendo a lógica da grande maioria de propostas pedagógicas anteriores, no caso de Angicos, os educandos junto com o seu mundo, a sua cultura e seu conhecimento se viram valorizados e respeitados. (IRELAND, 2014).

Defendia-se um uma pedagogia que atendesse a demanda e a realidade dos indivíduos participantes dessa modalidade de ensino. Uma pedagogia adequada e voltada especificamente para este tipo de público. No entanto, a falta de uma formação de professores adequada e de condições de trabalho, assim como de infraestrutura tem tornado a evasão escolar um problema permanente e desta forma não têm ampliado a democratização no ensino para jovens e adultos. Dessa forma, a erradicação da exclusão escolar que assola o sistema educacional brasileiro sempre fica adiada.

A Assessoria de Comunicação Social do Portal do INEP tem revelado dados relevantes sobre a evasão no Brasil, segundo o INEP – MEC divulgados no Portal INEP

Os novos dados revelam que 12,9% e 12,7% dos alunos matriculados na 1ª e 2ª série do Ensino Médio, respectivamente, evadiram da escola de acordo com o Censo Escolar entre os anos de 2014 e 2015. O 9º ano do ensino fundamental tem a terceira maior taxa de evasão, 7,7%, seguido pela 3ª série do ensino médio, com 6,8%. Considerando todas as séries do ensino médio, a evasão chega a 11,2% do total de alunos nessa etapa de ensino.

A série histórica revela, em todas as etapas de ensino, uma queda progressiva na evasão escolar de 2007 a 2013, mas o comportamento se altera em 2014, quando as taxas aumentam. A evasão é maior nas escolas rurais, em todas as etapas de ensino. O Pará tem a mais alta taxa de evasão em todas as etapas de ensino, chegando a 16% no ensino médio. (BRASIL, 2017).

Políticas voltadas para a EJA tornaram-se primordiais, diante as necessidades que surgiram ao logo do caminho daqueles que sonhavam com sua alfabetização, os sujeitos

participantes desta modalidade possuem olhares diversificados sobre seu “futuro” e ainda possuem um contexto histórico carregado de preconceitos, discriminação e exclusão social.

Com uma capacidade própria de raciocínio, o sujeito torna-se um crítico social nas interações que faz e é nesta perspectiva que, para Oliveira (2004), o teórico Paulo Freire idealizou uma educação de incentivo, de sonhos, críticas, libertadora e principalmente transformadora para jovens e adultos da EJA. Nessa perspectiva o diálogo “[...] apresenta um caráter: existencial, (faz parte da própria compreensão do homem como ser comunicativo e de conhecimento) metodológico (faz parte do processo pedagógico) e político (é um processo democrático e participativo, pois implica em reconhecer nos outros o direito de dizer a sua palavra)”. (OLIVEIRA, 2004, p. 13).

No âmbito das políticas educacionais, a Educação de Jovens e Adultos no Brasil obtiveram uma “organização” por meio de conferências nacionais e internacionais que impulsionaram a realização de documentos a favor desta modalidade de ensino. Diante disto, “[...] iniciou-se um processo de articulação desses segmentos que se dá, no âmbito dos Estados por meio dos fóruns, e, em âmbito nacional, pela realização anual do Eneja – Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos”. (SOARES, 2011, p. 282).

Apesar do grande avanço nas políticas da EJA, se comparado com seu início histórico, porém ainda não houve muitas mudanças no quadro da infraestrutura, formação dos professores, assim como também a valorização salarial dos mesmos, tornando o movimento por vezes conflitante. Segundo Friedrich (2010)

Nas políticas públicas aligeiradas que observamos hoje no Brasil, a modalidade de ensino que constitui a EJA apresenta-se como um direito do cidadão, tentando afastar-se da ideia de compensação e assumindo a reparação e equidade, aprendizagem e qualificação permanentes e não de caráter suplementar, mas fundamental. Nesta ótica defronta-se com uma flagrante contradição entre o poder econômico e o enriquecimento sociocultural na possibilidade da transformação do trabalhador como detentor de seu próprio capital humano. (RUMMERT, 2007. Apud FRIEDRICH, 2010, p. 403)

Historicamente a tendência na formação da EJA tem sido a formação de estudantes para atender ao mercado capitalista, pois “A exploração econômica representa o suporte e a razão de ser de todo processo hegemônico onde a dominação se exerce através de mecanismos aparentemente mais democráticos e certamente mais eficientes, entre eles regimes políticos conservadores e autoritários”. (ROSSI, 1980 apud FRIEDRICH, 2011, p. 403).

Na reflexão que se faz sobre a EJA, o pensamento de Bourdieu pode contribuir de maneira significativa, uma vez que em sua obra são feitas críticas profundas acerca das

perspectivas conservadoras de educação. Seguindo as ideias deste pensador, onde o mesmo apresenta como uma de suas teses a violência simbólica como sendo um conceito na qual a produção “contínua de crença no processo de socialização, na qual conduzem o sujeito social ao posicionamento no meio em que vive, desta forma seguindo padrões induzidos pelo discurso dominante. (VASCONCELLOS, 2002).

Para Rodrigues (2007), o ator social sugere suas ações a serem aceitas, seguindo seu próprio método de existência, *o habitus*. No qual é um modo de ser de um indivíduo ligado a um grupo social, que se relaciona em especial com a aparência física (roupa, atitude etc.), crenças, ideologia política entre outros. Desta forma, surge as desigualdades no o desenvolvimento social e cultural do indivíduo, visto que “[...] as oportunidades apresentadas nestas áreas não são ‘igualitárias’, mas sim reprodutivas, onde podemos utilizar como exemplo a ação pedagógica [...], pois limita-se a inculcação de valores e normas”. (RODRIGUES, 2007).

Diante disto, o sistema educacional também contribui para a existência das desigualdades quanto ao processo de seleção escolar e para a marginalização daqueles não pertencentes às classes dominadas. Segundo Nienchoter (2013), Pierre Bourdieu, problematiza a escola

Enquanto um possível espaço de reprodução das desigualdades sociais refere-se ao capital cultural, que na sua abordagem pode existir sob três formas: no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo. Pressupõe um trabalho de inculcação e assimilação, custa tempo e deve ser investido pessoalmente pelo investidor. No estado objetivado, o capital cultural apresenta-se sob a forma de suportes materiais (quadros, livros, pinturas, instrumentos) e no estado institucionalizado sob a forma da certificação escolar, títulos ou diplomas. (BOURDIEU, 2007. Apud NIENCHOTER, 2013).

Por meio da noção de violência simbólica, Bourdieu buscou descobrir qual o mecanismo que faz com que os indivíduos ajam com naturalidade as reproduções sociais ou ideias dominantes, onde a violência simbólica é constituída pelas instituições e por atores que as utilizam e se amparam em padrões e valores sociais.

Diante disto, para Bourdieu a origem social dos alunos condiciona o sucesso e, por vezes, o fracasso escolar. Este teórico tornou-se o primeiro a revelar as estruturas cognitivas vinculadas às classes sociais, já que são predominantes os padrões da burguesia e seus respectivos méritos os auxiliam a alcançar a ascensão social. A violência simbólica surge de forma eficaz para elucidar a união dos reprimidos, ou seja, a ascendência imposta para

aceitação das regras, e a incapacidade de conhecer os princípios éticos, técnicas gramaticais, ou até seus próprios direitos.

Nienchoter (2013), informa que capital cultural “[...] é útil para pensar o Brasil desde que se reconheça que nele, a educação está, historicamente, vinculada à existência de uma forte segregação de base econômica”, mas sendo é por meio deles, que o sujeito estabelece seus caminhos e garantem a reprodução social. Contudo esta ação não pode se concretizar sem a atuação sutil dos agentes e das instituições, conservando os cargos sociais pela ‘violência simbólica’ desempenhada com o sufrágio sobre os sujeitos.

As questões que Bourdieu busca são a ruptura do ambiente corrompido e vicioso que vinculam a aceitação das diversidades significando “algo natural”, sendo social ou não. Pois remetem à fantasia sobre a ordem instituída e aceita por todos, sendo verdadeira no sentido de buscarem o conceito dos organismos que levam a aceitação e o domínio nos grupos sociais.

Segundo Haecht (2008, p. 57), a estrutura da escola contribuiu para um ambiente vicioso, onde a distribuição dos indivíduos ocorrerá por categoria socioprofissional, pois “quanto mais elevado a posição social dos pais, em média são as proezas escolares de seus filhos”. Onde não é comum haver evasão em escolas particulares, já que aos que possuem *status* tentem em manter sua carreira e posição social elevada. Tendo em vista que

Se a estrutura da social não é congruente com a escolar, o nível de instrução de um indivíduo não basta para dar conta de seu estatuto social. A distribuição dos estatutos sociais se dá em razão de uma demanda societal de competências que, com frequências, não é muito capaz de responder senão a uma oferta individual. (HAERCHT, 2008, p 59).

Desta forma as desigualdades no quesito “oportunidade escolar” é um produto complexo, quando comparado os recursos culturais e até motivações passado pela família para a criança de classe social inferior.

Para Louis Althusser a escola também é reconhecida como um aparelho de reprodução ideológica do Estado, já que “[...] na verdade natural ao operário e necessário à reprodução da classe burguesa e a sua condição de vida, a ideologia burguesa busca cada vez mais na força de trabalho, habilidades específicas e diversificadas”. (LINHARES, 2007, pág. 03).

Segundo Linhares (2007), Althusser acreditava que o capitalismo buscava desenvolver, cada vez mais, as estratégias de interesse da classe dominante sobre os dominados, a fim de reconstruir as condições da “produção dominante” para, então, manter-se no poder. Diante disto,

Ocorre que o aparelho escolar contribui, com a parte que lhe cabe, para reproduzir as relações sociais de produção capitalista na medida em que: ‘contribui para a formação da força de trabalho e para a inculcação da

ideologia burguesa', além de ensinar a diferentes crianças, diferentes padrões de comportamento, dependendo da classe que ela pertença e do trabalho que ela realizará. (LINHARES, 2007, p. 04).

Contudo, esse entendimento, de que a escola como sendo aparelho que além de formar e adaptar o sujeito, também insere pensamentos de subordinação ao sistema dominante. Desta forma tornando-se importante para justificar a conservação da classe burguesa como “classe dominadora, material, política e ideologicamente”. Já que, para Linhares (2007) a ideologia segundo Althusser, presta serviços essenciais para a burguesia dentro do meio capitalista, auxiliando de modo inclusivo, a garantia do status das classes dominantes.

Um forma objetiva de se constatar o que está posto acima é só recorrer aos dados, embora reconheçamos que os dados por si só não dão conta de explicar a realidade, mas já é um ponto a se levar em conta, como podemos notar nos parágrafos a seguir.

A educação escolar para todos está prevista por lei, onde de acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, o capítulo III, Seção I da Educação, o Art. 205. Deixa claro que “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

No entanto, o que fazer quando há evasão numa instituição que deveria buscar transformação social? De quem é a culpa? Para Costa (2006) “A causa do fracasso escolar não é única, nem é só referente ao professor, nem aos métodos de ensino, nem a escola e nem ao sistema” (idem). Há um conjunto de todos estes fatores, que devem ser analisados juntos e cuidadosamente, de modo que se possa identificar os culpados e em seguida buscar soluções para tal problemática.

Como pudemos ver na literatura, o Estado brasileiro é um dos principais culpados pelos altos índices negativos que a educação brasileira apresenta, já que o mesmo utiliza dos sistemas educacionais como forma reprodutivas e ideológica, de forma que assegure a manutenção do sistema dominador e opressor.

Entretanto, o Portal MEC (2017), divulgou que houve avanços de 15% na qualidade na educação brasileira em 2009 se comparado com anos anteriores. Segundo o MEC, o estudo realizado pelo Banco Mundial

Destacou os progressos alcançados nos últimos anos por meio de políticas continuadas e de reformas efetivas e duradouras e dá como referência os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) de 2009 — o Brasil está entre os três países que mais evoluíram nos últimos anos, principalmente pela redução da distorção entre idade e série. (BRASIL, 2017).

Políticas estas, implementadas a exemplo foram a “bolsa escola”, praticada pelo Governo Lula, e atualmente “bolsa família”, que buscam a permanência e manutenção dos alunos em sala de aula.

O próprio MEC, por meio de um documento resumido, analisou o desempenho do sistema educacional em três funções principais: i) o desenvolvimento das habilidades da força de trabalho para gerar crescimento econômico sustentável; ii) a contribuição para a redução da pobreza e da desigualdade através do fornecimento de oportunidades educacionais para todos; e iii) a transformação de gastos educacionais em resultados educacionais – sobretudo em aprendizagem estudantil. (BRASIL, 2017).

Segundo a UNESCO, o Brasil, em 2011, ficou em 88º no ranking da educação mundial. Mesmo com esta colocação, o “Brasil fica num patamar considerado médio para a área e atrás apenas de vizinhos sul-americanos como Argentina, Chile, Equador e Bolívia”.

No entanto, segundo dados do site UNESCO (2017), no mundo “[...] ainda há cerca de 758 milhões de adultos, incluindo 115 milhões de pessoas com idades entre 15 e 24 anos, que não são capazes de ler ou escrever uma simples frase. A maioria dos países não alcançou a meta da Educação para Todos, de atingir 50% de melhoria nos níveis de alfabetização de adultos até 2015”.

Tendo em vista que gênero também influencia quando a evasão é direcionada para a Educação de Jovens e Adultos, pois segundo a UNESCO

A desigualdade na forma de financiar e valorizar a educação e a qualificação de mulheres continua a ser uma questão dominante. A maioria dos excluídos das escolas é formada por meninas: 9,7% das meninas de todo o mundo estão fora da escola, comparado a 8,3% dos meninos. Da mesma forma, a maioria (63%) dos adultos com baixas habilidades de alfabetização é composta por mulheres. No entanto, existem alguns sinais de esperança: em 44% dos países participantes, as mulheres participaram mais da aprendizagem e da educação de adultos do que os homens. (UNESCO, 2017).

Mesmo com contribuições de esferas para uma constituição de políticas públicas de qualidade buscam “colaborar para o avanço nos índices e na qualidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), da aprendizagem e da alfabetização, no âmbito formal, informal e não formal, contribuindo para a aprendizagem ao longo da vida” (UNESCO, 2017).

Ainda diante de inúmeras variáveis no déficit da evasão escolar o poder público brasileiro se mostra incapaz de buscar soluções para esta realidade dos dias atuais, sejam em forma de investimentos em infraestruturas, profissionais, tecnologias e até políticas públicas

3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ANALISADA SOB A ÓTICA DE SEUS SUJEITOS

Foi abordado nesta seção a análise do processo de pesquisa que foi realizado numa escola pública do município de Coxixola-PB, iniciando pelos aspectos metodológicos, por meio dos quais o trabalho foi desenvolvido. Em seguida, apresentarei os dados construídos e analisados, sob à luz da base teórica que serviu de referência.

3.1 CAMINHOS PERCORRIDOS, SUJEITOS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

Como perspectiva metodológica, foi utilizado a pesquisa qualitativa, uma vez que o objeto de estudo iria abarcar aspectos que não dariam para contabilizar na matemática que é usada nas pesquisas de base quantitativa. A pesquisa foi realizada através da entrevista semiestruturada, pois sendo mais flexível, e permitindo um aprofundamento maior do trabalho de investigação. Os sujeitos foram um total de três participantes, sendo todos alunos da EJA, integrantes de uma escola do município de Coxixola-PB.

A escolha dos sujeitos participantes foi feita mediante observações na própria escola, onde poderíamos identificar aquelas pessoas que pudessem dar as melhores respostas, ou seja, aquelas pessoas mais experientes.

Os alunos participantes foram selecionados com base nos relatórios sobre evasão da instituição. A escolha dos alunos foi intencional e fizeram parte da pesquisa apenas aqueles que em algum momento da vida “abandonaram” ou foram expulsos anteriormente da mesma unidade acadêmica. Dada a realidade escolar, o intuito da pesquisa não foi apenas entrevistar os alunos, mas consequentemente observar e comparar e compreender os depoimentos dos mesmos sob sua visão do real motivo da *não* permanência dos alunos em sala de aula.

Para fundamentar o trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica, pois segundo Abramo (1979) esta forma “[...] é de mais usual na análise de conteúdo, empregada geralmente por especialistas em Sociologia, Ciência Política, Administração etc”. Dessa maneira, a análise buscou avaliar a realidade ainda que de maneira ampla, porém com a finalidade de compreender a evasão na Educação de Jovens e Adultos do município de Coxixola.

Todavia, o fracasso escolar não pode ser, estudado ou avaliado de forma isolada, pois assim como, “[...] as dimensões socioeconômicas, culturais, educacionais, históricas e sociais entre outras, influenciam na decisão tomada pela pessoa em abandonar a escola” (BATISTA, 2009), com isto, sendo necessário analisar as instituições que também são sinônimos de educação.

Com relação à realidade da unidade na qual foi realizada a pesquisa, notamos que apresenta problemas semelhantes ao que se verifica em todo o Brasil, relacionados à formação de professores, infraestrutura etc. A escola possui uma infraestrutura com 06 salas de aulas, 01 direção, 01 secretaria, 01 biblioteca, 02 almoxarifado, 01 cantina, 05 banheiros feminino, 05 masculinos, sendo um destes designado para cadeirantes, 02 banheiros para funcionários 01 masculino e 01 feminino, 01 laboratório de química, 01 laboratório de informática. E segundo informações da direção escolar no ano 2017 estavam matriculados um total de 234 alunos em todo o ensino básico.

Com relação ao quadro dos servidores, atualmente a escola possui 12 funcionários distribuídos entre faxineiros, porteiros, secretários, merendeiras, vigias e bibliotecários. Já o números de professores são o total de 17, ao qual 12 destes atuam no EJA. Porém os professores das disciplinas de artes, filosofia, química e física não são formados na área em que atual.

Ao que se refere ao material didático utilizado na Educação para Jovens e Adultos no município de Coxixola, é especializado para esta modalidade, é o chamado “Livro Integrado”, onde é um único livro que será utilizado em forma de sequência ciclos (é o método utilizado para organização de conteúdos e turmas). Segundo a secretária da escola: “O aluno não pode passar o ciclo (antecipar), ele tem que fazer todos os ciclos sequencialmente por completo”.

Para a direção escolar a infraestrutura é relativamente adequada, entretanto diante ao número de matriculados na escola em questão, há uma evasão estudantil considerável em especial na educação Jovens e Adultos, porém não se sabe qual a raiz deste problema. No ano de 2017, a EJA teve um total de 51 matrículas no início do ano letivo, 3 turmas distribuídas entre ciclos, por exemplo: 7º e 8º ano (Primeiro Ciclo), 1º e 2º ano (Segundo Ciclo) e por fim 3º ano (o último ciclo).

Porém até o início do mês de agosto de 2017 houve um grande número de evasão. No Primeiro Ciclo estavam matriculados 19 alunos, até o momento com oito desistências. No Segundo Ciclo foram 18 matrículas e dez evasões, no Terceiro Ciclo 14 alunos e oito desistências. Somando um total de 26 evadidos até o mês de agosto, números estes que não podem ser registrados no documentos da escola, pois segundo uma servidora “[...] a gente não

pode registrar essas desistências porque dá problemas para nós (escola)”. Ou seja o número de evasão nas escolas brasileiras pode ser superior aos que são registrados em documentos oficiais devido a estas manobras de dados realizada nas instituições escolar.

Dificuldades socioeconômicas, a princípio, não podem ser consideradas um agravante, uma vez que, em 2010, Coxixola manteve-se indicadores sociais de uma cidade com qualidade de vida para seus habitantes. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) registrado no ano de 2010 é de 0,641, sendo considerada uma taxa média, se comparada a outros municípios do estado da Paraíba, ficando assim, entre os 13 municípios mais bem colocados. (NEVES, 2013).

Entretanto, para o site Inep (2017) a escola onde a pesquisa foi realizada tem o Indicador de Nível socioeconômico – INSE “Baixo”, visto que o INSE possibilita, de modo geral, situar o público atendido pela escola em um estrato social. Este indicador é calculado a partir do grau de escolaridade dos pais, da renda familiar, da posse de bens e da contratação de serviços pela família dos alunos, sendo construído com base nos questionamentos contextuais das seguintes avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), Prova Brasil ou do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Neste indicador as escolas são classificadas em sete grupos variando de “muito baixo”, nas quais predominam alunos com baixo nível socioeconômico, a “muito alto”, que concentram alunos com alto nível socioeconômico. (Inep, 2017). Contudo, Coxixola se manteve no mesmo nível socioeconômico, uma vez que não houve participação da mesma em avaliações nacionais para atualização dos dados daquele município.

Segundo Neves (2013, p. 04) “[...] no campo socioeconômico, inúmeras vezes presenciamos frases como: “o aluno não gosta das aulas porque é pobre”, “não tem condições financeiras”, entre outros. Tais discursos trazem indagações que precisam ser mais bem trabalhadas e, por isso, nos fez pensar sobre o assunto. Desta forma como localizar os problemas? Será o espaço físico? Socioeconômico? Preconceitos? A violência? A relação professor/aluno? Ou a própria falta de interesse dos estudantes, já que a cada ano diminui o número de estudantes em Coxixola.

A realidade é complexa e há uma rede de dificuldades localizadas nos mais diversos sistemas educacionais, seja ele pública ou privada em nosso país. Entretanto o perfil socioeconômico dos alunos da EJA na escola vão de agricultores à donas de casa que não tiveram acesso à educação quando criança, até mesmo jovens que trabalham durante o dia, ou não se enquadram mais na faixa etária da Educação Básica.

Segundo a direção da escola alguns alunos apenas fizeram matrículas, mas “nunca” entraram em sala, ou na visão da direção escolar “simplesmente evadem”, sem sequer haver um tipo de comunicação entre estudante/direção para possíveis soluções e assim evitar o abandono escolar.

Nas escolas do Brasil também há um grande número de evasão quando relacionado à discriminação racial. Apesar do sistema escolar ter se posicionado criticamente em analogia a esses fatos, também devem ser levado em consideração todo o esforço histórico de superação do racismo e da discriminação para alcançar a liberdade e assim se manterem em uma instituição de ensino. Tendo em vista, que “os negros viam na educação o caminho para acabar com o preconceito, para terem acesso a seus direitos, e serem reconhecidos e respeitados”. (MENDES, 2011).

Apesar do sistema escolar ao qual, compete estimar, zelar e defender o cidadão e a cidadã em formação. Esta por vezes unida com a moral, torna-se importante abordar a cidadania a partir de caráter valorativo e que tenha como princípio ético a “reciprocidade”. No entanto, também pode ser um aparelho ideológico do Estado que controla, sendo assim um espaço contraditório que pode domesticar, alienar ou até contribuir para sua emancipação social, pois segundo o Matheus Passos (2009), para o estudioso Althusser

[...] A escola atua em anos de “vulneráveis”, onde a criança está aprendendo os valores sociais. Portanto, é através da educação que a reprodução das relações de produção ocorre. Esta Ideologia está oculta, pois a escola é tida como neutra na formação do indivíduo. A escola desempenha um papel determinante na reprodução as relações de produção de um modo de produção ameaçado em sua existência pela luta das classes. (PASSOS, 2009).

Diante disto, para o professor o sistema escolar possui concepções sociais capitalistas, uma vez que a reprodução das relações capitalistas de opressão são obtidas principalmente por meio de uma aprendizagem, de alguns conhecimentos intrínsecos na ideologia da classe dominante em que, diversas vezes são “reproduzidas” na formação social capitalista, ou seja, as relações entre dominantes e dominados. (PASSOS, 2009).

Possuindo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado ‘bom’ se comparado as demais cidades do estado da Paraíba, o município de Coxixola vem sofrendo com grandes altos e baixos no quesito matrículas escolares ao um longo do tempo, onde 323 pessoas que entraram no ensino fundamental em 2005, apenas 65 conseguiram ingressar no ensino médio cinco anos depois, ou seja, mais da metade dos alunos esvaem-se no período de ensino fundamental (NEVES, 2013).

Contudo, este trabalho buscou esclarecer se houve avanços ou retrocessos na questão evasão de Jovens e adultos da cidade de Coxixola no ano de 2017. Já que nas pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mostra que em 2009 o município de Coxixola estava acima da meta estabelecida pelo Ideb, (NEVES, 2013, p 15). E no ano de 2013 à 2015 não houve participação do município nas avaliações segundo o Inep.

Diante disto, surge a preocupação e a necessidade de investigar a evasão escolar naquela cidade, já que concordamos com o posicionamento de Nienchoter (2013, p. 20), quando diz que a escola pode ser um elemento “[...] um elemento capaz de amenizar as desigualdades sociais, tendo uma função prática (aplicação imediata no trabalho, profissionalização, ações diárias)”. Entretanto, cabe a escola em conjunto com as demais instituições familiar e também Estado buscarem a permanência, formação adequada e assim alcançar o desenvolvimento social do aluno.

3.2 UMA REFLEXÃO ACERCA DA COMPREENSÃO QUE OS DISCENTES DA EJA TÊM SOBRE AS CONDIÇÕES POLÍTICO-EDUCATIVAS REAIS DE SUA FORMAÇÃO

A análise à seguir resultou de uma entrevista semiestruturada, realizada com estudantes da Educação de Jovens e Adultos no município de Coxixola - PB. Para a escolha dos sujeitos entrevistados utilizamos como critérios a faixa etária, sexo, e até mesmo suas experiências de vida. Desta forma, buscando assegurar o anonimato destes sujeitos, para a identificação dos pesquisados utilizarei apenas Aluna Maria, Aluno José, Aluna Luzia em substituição de seus respectivos nomes.

Com um perfil financeiro de renda baixa, os alunos Maria e José, mesmo diante a realidade de crise financeira em que vivemos no Brasil atualmente, os entrevistados tiveram dificuldades em relatar a renda familiar por pessoa. Tendo em vista que, dois dos três entrevistados possuíam renda fixa atualmente, pois são funcionários públicos e a Aluna Luzia se considera agricultora.

As entrevistas foram realizadas com participantes com uma faixa etária de 26 à 43. E que apesar de atualmente os entrevistados estarem com uma condição financeira considerada estável, de acordo com os relatos em entrevista, os mesmo alegam dificuldades financeiras no

momento em que deveriam estar em sala, no tempo considerado “normal” para suas atividades escolares. Entretanto, reconhecemos que a pesquisa foi restrita com relação a Aluna Maria, suas respostas foram limitadas, o que nos impediu de alcançar um maior sucesso nos questionamentos.

Dando início a entrevista, perguntamos sobre a trajetória de vida de cada participante até os dias atuais, todos eles fazem um breve resumo. Em todas as respostas foi possível perceber um desejo de terem continuado os estudos no tempo considerado correto a suas respectivas idades.

Na primeira entrevista com a Aluna Maria, 43 anos responde que o fator determinante da sua desistência foi o casamento precoce, uma vez que a mesma casou aos 16 e em seguida teve 4 filhos o que impossibilitou seu avanço escolar, além de sua moradia na época era na zona rural o que dificultou ainda mais, pois naquele período Coxixola era distrito de Serra Branca e seria necessário o deslocamento para a outra cidade.

No Aluno José, 40 anos foram as constantes mudanças da família em busca de emprego, migrando de fazenda por fazendas, onde algumas escolas tinham aproximadamente a distância de 10 km, o que tornava impossível sua ida ao encontro com a educação institucionalizada, até que de fato quando sua família se estabilizou no município de Coxixola.

A Aluna Luzia, 26 anos também estava em constante mudanças, sempre retornava a morar na zona rural do município de Coxixola, a mesma também alegou que foram várias tentativas para dar continuidade aos estudos, porém havia o impedimento de seu avô para a não conclusão do mesmo.

Questionados por suas profissões os Alunos Maria e José afirmaram serem funcionários públicos, no entanto, em suas carteiras de trabalho estão como merendeira e pedreiro, quanto a Luzia se considera agricultora, uma vez que esta modalidade de ensino costuma ser direcionado para este tipo de público, pobre e por vezes excluídos da sociedade e de seus direitos.

Ao serem interrogados sobre a renda familiar por pessoa, não houve resposta da Aluna Maria, o Aluno José não respondeu, e a Aluna Luzia respondeu apenas que seria um salário dividido para toda a família. Entretanto, quando perguntei sobre o significado de educação escolar me deixou um pouco preocupada, pois apenas o Aluno José soube responder em breves linhas o seria: *“Rapais ... Educação escolar como si diz ... é ... o ‘complemento’ da vida. Só vai... não só aprende educação na escola, não, você aprende educação em casa. Na escola*

“você só vai aprender a desenvolver a leitura, ... outras coisas ne?! Pra você ... coisa de vida”.

Já as alunas Maria e Luzia não souberam responder, ficando um pouco nervosas, desta forma não conseguiram raciocinar sobre o assunto.

Ao serem perguntados sobre o ano no qual pararam de estudar apenas a Aluna Maria soube dizer especificamente, no entanto todos foram muito objetivos quanto ao motivos das interrupções nos estudos. *“Parei assim por que não tive oportunidade”, “Porque, não tinha como, morava de um canto pra outro”, “que eu foi embora pra o sítio”.*

Questionados sobre porquê grande parte da população brasileira não consegue concluir os estudos. A Aluna Maria acredita que atualmente ser falta de interesse por partes dos alunos *“agora?! eu acho que é falta de interesse, agora assim, por que tem muita chance”.* No entanto, para o Aluno José as oportunidades são desperdiçadas nos dias atuais:

Rapaz, por que é o seguinte?!. No tempo certo de estudar, quando é jovem, aí o pessoal ... muita gente... Como no meu caso não teve oportunidade, outros é por preguiça “mermo” [...] Que dizer o pessoal começa só que ai falta ... é precisa como assim? coragem pra poder continuar. Você chega cansado, agora se você não for (a escola) por que tá cansado de dia, no outro dia vai tá do “mermo” jeito. Tinha dia “de eu” sai daqui cansado, e não conseguia arrastar a chinela e dizia lá (nesse momento ele fez um expressão facial negativa) ... O cansaço, ai o pessoal leva o cansaço, ai ... pronto... o cansaço... ai vai...a evasão da coisa é motivado por isso.

Todavia, a Aluna Luzia traz consigo outras problemáticas *“muito por conta que não tem estrutura familiar né? E outros porque trabalha”.* A falta de estabilidade familiar também é um dos fatores que causam evasão na EJA, assim como o trabalho durante o dia que acarreta no cansaço e conseqüentemente a falta de atenção em sala.

Como se percebe, a culpa é colocada nos discentes ou na sua família, isentando o Estado de sua responsabilidade. É dever do Estado garantir políticas públicas educacionais que atendam satisfatoriamente às demandas da população para que, assim, seja obtido o sucesso desejado pelos destinatários dessas políticas.

Além disso, não se pode apenas ‘acusar’ os jovens que evadem por sua falta de interesse em sala, como citado acima. É preciso levar em consideração todo o empenho individual, que por vezes, vai além de obstáculos naturais e inclusão escolar, podendo haver diferentes fatores que podem interferir no processo, sendo eles: limitações ou até as ações didáticas utilizadas em sala, também são tornam-se essenciais para o processo de aprendizado e a manutenção do alunado em sala, para que os jovens possam obter capacidades na qual auxiliaram para seu subjetivo e conseqüentemente seu convívio social.

Na questão - Você acredita que houve prejuízos na sua vida causados por sua evasão escolar quando criança ou jovem? Quais? Todos concordaram que houve prejuízos, no entanto a aluna Maria não soube responder quais seriam os danos na sua história. O Aluno José já mais específico quanto aos prejuízos *“Se eu tivesse continuado a estudar quando criança eu hoje tinha uma profissão melhor, tinha coisa né? ... mais... como é que se diz: nunca é tarde pra recupera né? Agora os prejuízos a “rente” é correr atrás que consegui”*.

Quanto a Aluna Luzia em sua resposta *“Sim. Por que já era pra eu ter terminado a faculdade né? Mim prejudicou muito ... muito mermo, deixei de ensinar curso de cabelo por conta da escola que eu não tinha”*.

Desta forma, impossibilitados de ter um emprego ou até profissão devido à falta de escolarização. Os alunos percebem na educação uma possibilidade de mobilidade social, para ingressarem no mercado de trabalho. Mesmo os adolescentes possuindo diversos fatores para não retornarem as escola, regressam, pois um dos grandes motivos seria a ampla procura de mão de obra classificada imposta pelo sistema capitalista.

Na questão por que você retornou aos estudos? Percebo o desejo no olhar, a expressão de felicidade de cada entrevistado. A Aluna Maria disse: “[...] toda vida tive vontade de estudar, de voltar, ai apareceu oportunidade”. O Aluno José além do desejo do retorno para sala de aula, seria para ele uma espécie de superação pessoal, na qual provaria para a comunidade que ele teria a capacidade do regressar aos estudos com louvor.

Também percebo da consciência que ele tem sobre o indivíduo alfabetizado atualmente para o campo de trabalho, já que segundo Batista (2011, p. 06) “[...] passa-se a exigir um novo perfil de trabalhador, que tenha mais conhecimentos, saiba comunicar-se adequadamente, trabalhe em equipe, adapte-se a novas situações, crie soluções originais e seja capaz de educar-se permanentemente”.

Sobre essa questão, o aluno José enfatizou que

[...] é a necessidade de... tudo que ia fazer ... não ... tem que ter o primeiro grau [...]. Foi a necessidade de que tudo tem que ter. Pronto eu tinha a maior vontade... de quando teve concurso aqui não exigia, sem ser alfabetizado fazia, isso a 20 anos atrás. [...] ‘Eu passo’. Ai tinha concurso “mai” tinha que ter segundo grau e fundamental, ai eu não tinha. Tem nada não eu volto a estudar para fazer concurso pra jogar na cara desses safados que dizia eu não passava mais, eu mostro que passo. Até que voltei agora e passei.

Já a Aluna Luzia deixou claro o seu desejo em dar continuidade a sua formação, mesmo que tardia, mas não impossível, “porque eu quero entrar na faculdade”. Estando consciente de que a educação seria o primeiro passo para sua autonomia. Questionados sobre

desistência na Educação de Jovens e Adultos, apenas um dos entrevistados, o Aluno José respondeu que sim, porém não justificou o motivo de seu abandono.

Perguntados sobre: Na sua opinião a EJA consegue cumprir com o seu papel? Todos os alunos responderam com firmeza que sim. Para a Aluna Maria “se a pessoa tiver “rontade” mesmo de estudar, eu acho que atingi”. Para os Alunos José e Luzia, enfatizam também que apesar de todo o conteúdo ser sucinto, o objetivo desta modalidade é alcançado com sucesso.

Para o Aluno José

[...] cumpre, desde que o aluno tenha interesse. Por que pode ser a melhor coisa do mundo, se o aluno não tiver o interesse não adianta nada não. [...] pode ser a melhor escola do mundo se não quiser, não tem... O EJA é muito resumido, muito resumido, é mais ou menos o que 30% ou 40% resumido, mais só que, tem com sim, é um resumido que ao “invez” de dar uma volta bem grande pra chegar naquele assunto. O EJA vai direto naquele assunto. Então cumpre a coisa, só que o aluno tem que querer também.

Para a Aluna Luzia, em resposta ela fala que “Sim. Eu acho assim, não é bem aprofundado com o normal, mais o básico eles conseguem mermo”. Em entrevista também houve uma pergunta sobre a os professores da EJA, se em sua escola, eles estariam preparados para lecionar as disciplinas pelas quais são responsáveis. Todos os alunos responderem que sim, que todos estão aptos, alguns mais envolvidos com a EJA que outros, porém todos capazes.

Contudo, uma mudança positiva no quadro dos educadores se consideramos que qualquer pessoa na época do MOBREAL estaria apto a lecionar, deste que soubesse ler e escrever. No entanto para Aluno B em sua entrevista relata que “*Uns mais envolvidos, outros não, mais tão*”.

Entretanto, a ação de ensinar/aprender tem que ser mútua, entre professores/alunos, ou ambos não terão sucesso. Todos devem estar atentos para que haja avanço nessa trajetória retardatária, cheias de preconceitos e tão sofrida por quem faz parte desta modalidade de educação.

Apesar da evasão na EJA da escola onde a pesquisa foi desenvolvida ser um fato que acontece no município atualmente, os alunos que retornam para sala de aula buscam por mudança ou até autonomia social, para que desta forma haja novos meios de aprendizados, ao qual abririam novas formas de pertencimento para meio social ao qual pertence.

Foi questionado junto aos entrevistados a visão deles sobre esta temática. O que eles teriam a dizer, ou seja, quais seriam os motivos principais? E qual seriam suas respectivas opiniões sobre essa realidade.

Infelizmente a Aluna Maria não soube responder, o que dificultou a entrevista, uma vez que essa seria a questão chave da pesquisa. Já o Aluno José foi mais a fundo em sua resposta, além da falta de responsabilidades de alguns jovens sobre a alfabetização na EJA local, uma vez que seria necessário mais responsabilidade dos alunos matriculados, pois segundo ele havia muita dificuldade em formar as turmas devido ao número baixo de matriculados.

Para o Aluno José

Muitos fazem [...] só iam pra brincarem, iam pra lá, pensando que aprendiam assim. Achando que iam passar de qualquer jeito. [...] Foi quando a gente botou pressão na coisa (nesse momento ele expressou raiva), se for assim? Se a gente tá estudando, que sai de casa ... trabalha, vem pra estudar. E o pessoal vem, coloca, os cadernos aí e sai. Ou eles estuda ou se passar a gente bota bocão. [...] viram que... ou estudavam ou mudavam, aí saíram fora, “disistiro”. Por que a gente ... ninguém ia aceitar isso. Deles tá só, gaziando¹ aula, os professore reclamavam, [...] eu digo só forem pra tarem desse jeito a gente vai botar bocão se passa nois bota bocão, se for possível vamo até pra regional, isso não vai acontecer aqui não.

Segundo o Aluno José, há também um outro fator que causa evasão entre os adultos que buscam sua escolarização, que seria o excesso do trabalho diário dos adultos, principalmente dos que moram na zona rural, segundo o entrevistado:

[...] muita gente mora no sítio, mora longe, aí não guenta trabalhar o dia todo e sai de casa e chegar meia noite. Isso é um dos fatos determinante e prejuízo pra quem fica por que (matriculados nas turmas) vai ficando pouco. Ai pronto nessa semana terminou com oito, parece que começou com doze e terminou com oito (alunos) que conclui, se “fô” diminuindo não tem como formá turma. Ai o prejuízo vai ficando. O prejuízo é esse.

Tendo em vista que, desde as antigas civilizações o trabalho esteve presente nas relações humanas, porém, com os modos de produção capitalista, essas relações se transformaram e se configuraram de forma a limitar autonomia do homem, tornando-o alienado perante a realidade social que o cerca

Desta forma, deixando claro que o capitalismo, mantém em condições de trabalho e estudo as população mais pobres em sua forma precária, desumana, degradante. O capitalismo é perverso com o indivíduo das camadas sociais baixas, deixando-o a margem de seus próprios direitos como saúde, moradia e educação.

Outro motivo agora citado pela Aluna Luzia, seria que além do término rápido se comparado ao Ensino Médio que dura cerca de 3 anos, na EJA o Ensino Médio completo tem a duração de 1 ano e meio. Segundo a entrevistada “eu acho que a realidade da EJA é assim! Muitos vão pra terminar “mai” rápido né? Pra ver se consegui alguma coisa melhor”. Já que

¹ O termo “gaziando”, utilizado pelo aluno, significa a ausência constantes de alguns alunos nas aulas.

atualmente concursos ou vagas de emprego exige do sujeito Ensino Fundamental ou Médio completo, onde a educação se torna cada vez mais escrava do sistema capitalista.

Quando questionados sobre o que seria necessário fazer para reduzir a evasão escolar na EJA. A Aluna Maria não soube responder. A Aluna Luzia foi um pouco evasiva “não desistir né? Começar desde de cedo né? Pra não ir pra EJA”. Para o Aluno José parte desta responsabilidade atualmente depende dos estudantes.

“[...] É o aluno que tem eu ver isso aí. É só o aluno que tem que “coisar”. Porque tem tudo, tem carro, tem merenda, tem material, tem tudo. A gente recebeu todo, até caderno. Eu tenho um novo que “num” foi nem usado. Tem tudo, então só depende do aluno na questão da evasão”.

Entretanto, não podemos designar apenas aos alunos pela falta de interesse em sala. Possíveis problemas nas instituições como família, religião ou até mesmo fatores advindos no interior das instituições como práticas, formação dos professores, valorização dos profissionais da educação ou até problemas nas instalações físicas, são fatores que acarretam na evasão do jovem ou adulto.

A situação econômica, cultural e social, também se tornam um obstáculo quando não condizem com sua realidade social. Porém as desigualdades nas oportunidades da educação são complexas, quando comparado os recursos culturais e até motivações passadas pela família para a criança de classe social inferior.

Por isso que, a origem social dos alunos condiciona o sucesso e, por vezes, o fracasso escolar, onde a violência simbólica atua com eficácia na vida dos marginalizados, ou seja, a ascendência imposta para aceitação das regras, e a incapacidade de conhecer os princípios éticos, técnicas gramaticais, ou até seus próprios direitos tornam-se possíveis motivos de um estudante jovem evadir.

Também foi interrogado sobre os materiais didáticos utilizados em sala. Foi questionado se os materiais didáticos utilizados em sala condizem com a realidade sociocultural dos alunos e alunas. Em respostas todos afirmaram que sim. Segundo os entrevistados existem livros, cadernos e até laboratórios para a alfabetização dos mesmos, desta forma os alunos acreditam na qualidade dos materiais utilizados em sala, onde os mesmos se enquadram em suas realidades sociais.

Indagados sobre o desejo de darem continuidade aos seus estudos, após a EJA, todos os alunos responderam que sim, com expressões faciais alegres. O Aluno José busca uma evolução entrando em um curso técnico ou até uma universidade. Já a Aluna Luzia acredita que “acho que a gente só é alguém na vida se tiver estudo, hoje em dia”. Acreditando na

necessidade de escolarização para se manter no mercado de trabalho imposto pelo sistema capitalista.

Foi perguntado aos entrevistados façam um comentário crítico sobre os pontos positivos, desafios e limites ou fragilidades da EJA. A Aluna Maria não conseguiu responder, disse apenas que gostava. A Aluna Luzia afirmou que “[...] assim muitos não vão nem pra estudar né? Só vão pra bagunçar [...]. O Aluno José vai mais além e acredita que há interesse de alguns alunos, para ele falta empenho dos organizadores (o pessoal de cima)

[...] a gente começou em abril, em abril. [...] Não tem interesse lá de cima entendeu? O pessoal de cima não dão tanta importância que deveria dar. Pessoal, lá da diretoria da 5ª região, não dão aquela importância que deveria dar. Porque muita gente como eu que não teve oportunidade no tempo e quer agora e não tem. Ai pronto sem ter a turma como vai. A importância da EJA é grande, é ... com é que se diz? Significativa. Falta interesse do pessoal de cima, já que tão em cima, nem... faz só o básico como se diz, ai não tão interessado “mermo.

No entanto, não basta haver interesse apenas dos alunos, apesar de serem os principais influentes da Educação de Jovens e Adultos, é indispensável uma ‘força tarefa’, uma união entre alunos, professores, diretores e sociedade para que desta forma haja a manutenção e evolução desta modalidade de ensino já tão estigmatizado pela sociedade como é a EJA.

É necessário mais do que isso, é necessário uma política educacional que busque romper com as desigualdades sociais intrínsecas em nosso país, já que esta diversidade tem uma composição étnico-racial tão vasta. Para que, desta forma a EJA possa agir com eficácia nesta disparidade social, e com isso buscar ao a ruptura das bases tradicionais intrínsecas no meio educacional brasileiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou evidenciar o olhar dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos do município de Coxixola/PB a respeito da evasão que ocorre numa escola. Desta forma, nos permitiu conhecer um pouco mais sobre a modalidade de ensino, que em sua forma sucinta, mostrou sua trajetória histórica e institucionalização no Brasil, assim como também seus aspectos positivos e negativos na visão dos educandos.

Enquanto seções, o estudo foi organizado priorizando a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, considerando a origem e desenvolvimento da educação institucionalizada, a educação escolar no Brasil e história e política de Educação de Jovens e Adultos no país. Evidenciei os caminhos percorridos, em termos metodológicos, destacando os sujeitos e instrumentos utilizados no processo de investigação, concluindo com uma reflexão acerca da compreensão que os discentes da EJA têm sobre as condições político-educativas reais de sua formação.

Com relação à metodologia utilizamos a pesquisa qualitativa uma vez que por meio dela seria possível dar espaço aos entrevistados para exporem suas opiniões de forma objetiva e subjetiva. Como instrumento para análise foi utilizado a entrevista semiestruturada. Na base teórica utilizamos como apoio a teoria de Paulo Freire em que os mesmo defende a construção do conhecimento recíproco entre professor/aluno, já que ambos são donos de conhecimentos particulares. Bourdieu foi o teórico que contribuiu com as reflexões aqui feitas, principalmente no que diz respeito à violência simbólica, na qual sofrem os alunos das camadas pobres que ingressam nas escolas brasileiras tende a se adaptar a padrões impostos pela classe dominante, e com Althusser foi usado como base teórica a intervenção capitalista e ditadora de regras nos sistema educacional do Brasil, que busca apenas alienação e formação de mão de obra para o mercado de trabalho.

No trabalho realizado foi constatado que as alunas e aluno da escola analisada reconhecem a educação como sendo algo primordial e libertadora para as suas vidas. Os mesmos enxergam a educação como sendo o meio para sua mobilidade social. Entretanto, quando se trata da questão da evasão, jogam a culpa para os próprios alunos, alegando falta de interesse ou outros limites relacionados até mesmo à família, sem levar em conta outros fatores que interferem diretamente ou indiretamente nos processos educativos, a exemplo da ausência de políticas públicas adequadas para o contexto em questão.

Ao situar a EJA no contexto da totalidade social, fica mais fácil de identificar os reais motivos do fracasso escolar. Assim, aos aspectos pessoais e familiares dos sujeitos da EJA

vão se juntar os aspectos mais ampliados, como a cultura e práticas educativas escolares, a política educacional, juntamente com outras políticas que dão suporte à dinâmica escolar.

Tendo em vista que o meio elitista intrínseco no ensino brasileiro sempre favoreceu as classes sociais economicamente superiores, a educação de qualidade melhor sempre foi restrita para poucos, assim resultando no alto índice de reprovação e até abandono escolar dos sujeitos pobres, excluídos e marginalizados, desta forma contribuindo para a constituição desta modalidade educacional à EJA. Já que foi averiguado que a falta de acesso à educação no período normal causando prejuízos as vidas dos indivíduos, e os impedindo dar a continuidade aos estudos.

A Educação de Jovens e Adultos busca reparar ou sanar os prejuízos marcados na história da educação brasileira, equilibrando ou até compensando as disparidades escolar entre os indivíduos de nossa sociedade, por meio de uma educação igualitária, assim como defendia Paulo Freire, uma vez que ele “emerge no cenário nacional com uma proposta de alfabetização conscientizadora, que fosse um instrumento de libertação das classes oprimidas”. (PACHECO, 2013).

Acreditando nesta substituição da “educação mecânica”, tradicional, para Freire a mesma seria uma educação libertadora, com princípios para a conscientização social, no qual fossem adequadas para a realidade dos indivíduos participantes. No entanto, foi possível perceber que alunos da EJA, em geral buscam o retorno ao estudos, para que possam ingressar no mercado de trabalho com igualdade aos demais que tiveram acesso à educação de qualidade.

O questionamento sobre o que seria necessário fazer para reduzir a evasão escolar na EJA. Pôde perceber o posicionamento dos alunos, onde a culpa seria a falta de interesse dos estudantes, deixando de fora instabilidade familiar, financeira ou até o cansaço de quem trabalha durante o dia como é citado por eles no decorrer da entrevista. Já que, quando criança ou jovem não conseguiram estudar devido a necessidade de complementação na renda familiar ou a composição precoce de nova família, tornando-se um dos motivos de afastamento do ensino regular.

Com um contexto histórico de altos e baixos na educação e com sua concentração restrita nas mãos de poucos. É possível compreender o por que muitos necessitam abandonar os estudos na infância e na adolescência, onde o auxílio a familiar torna-se prioridade, buscando uma qualidade de vida melhor.

A metodologia profissional também tem influência na permanência do alunado em sala, uma vez que é necessário uma interação entre professor/aluno para que haja evolução no

quadro estudantil da EJA. Ao analisar, novamente as respostas, é possível perceber a semelhança com o referencial teórico exposto em parágrafos anteriores, sendo visível a relação entre si.

A análise auxiliou o esclarecimento do “por quê” o retorno dos estudantes para sala de aula no município de Coxixola. As respostas dos alunos da EJA foram que o retorno aos estudos estariam relacionados com questões financeiras, sociais e pessoais, onde as respostas foram “Busca evoluir entrando em um curso técnico ou até uma universidade”. “Acho que a gente só é alguém na vida se tiver estudo, hoje em dia”. “É um sonho”. Desta forma, isto me permite concluir que os alunos da EJA trazem consigo subsídios, histórias de vidas subjetivas, porém no mesmo instante tenho a compreensão de que vivem em um constante processo de construção seja na vida social ou pessoal.

A EJA possibilita a realização pessoal e nos mostra o quanto é importante aprender a ler e a escrever, elevando assim autoestima de cada estudante que compõe a modalidade, onde o indivíduo passando a ser independente em suas decisões, entende o seu “papel de cidadão” e compreendendo que é capaz de sua transformação pessoal.

Contudo, finalizado este trabalho sob a afirmativa de que a Educação de Jovens e Adultos possui um papel fundamental no meio social, pois, é por meio dessa modalidade de ensino, que muitos jovens e adultos excluídos ou marginalizados consigam reconquistar o direito a educação que foi arrancado deles quando crianças.

Direito como a uma educação de qualidade, onde ambos os sujeitos envolvidos na Educação de Jovens e Adultos sejam responsáveis por seus conhecimentos, experiências aprendizados que possuem e assim, possam ser transmitidos mutuamente. Ressaltando o quanto é importante a visão que o aluno tem sobre a EJA, a evasão tão presente e seu retorno para sala de aula, já que o sujeito se torna o fator principal de sua permanência na escola, assim como sua estabilidade financeira e emocional. No entanto, o ensino em sua forma geral, sobretudo na Educação de Jovens e Adultos, busca nos estudantes desta modalidade a conscientização de que são indivíduos “construtores da própria história”, e que possuem particularidades específicas, e que procuram em seu retorno à escolarização uma maior valorização pessoal e igualdade social.

Tendo em vista que, o estudo desta natureza permite ampliar e aprofundar os conhecimentos sobre os sujeitos da Educação Jovens e Adultos e as práticas educativas que vão se desenvolver com estes sujeitos, possibilitando uma educação mútua entre professores e indivíduos participantes EJA, pois ambos possuem conhecimentos e que devem ser recíproco em sala de aula.

Com isto, este trabalho possui relevância para comunidade, uma vez que busca compreender o olhar que os estudantes têm sobre a evasão escolar no município de Coxixola, já que a desistências dos alunos é um problema no sistema educacional tão presente, que por vezes passa por despercebido aos olhos da sociedade.

De tal modo, esta análise também nos permite idealizar sugestões para possíveis estudos, pois na pesquisa que realizamos, percebemos a fragilidade da política de EJA no município, evidenciando a necessidade da construção de uma política de Educação de Jovens e Adultos que busque compreender de forma subjetiva cada aluno e assim revertendo os dados negativos que assolam o sistema educacional brasileiro.

Com relação à Licenciatura em Ciências Sociais, este trabalho lançou mão de problematizações que esta área do conhecimento proporciona, onde a mesma busca o desenvolvimento de indivíduos, visando a formação de professores críticos e participativos, comprometidos e comprometidas com a transformação do meio social, principalmente da região do Cariri paraibano.

No Projeto Pedagógico de Ciências Sociais da UFCG/CDSA (2012, p. 14) está posto como objetivo geral

A formação de professores de Sociologia para a Educação Básica, proporcionando aos alunos egressos uma formação teórica e metodológica nas áreas que compõem este campo científico – a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia – e, ao mesmo tempo, habilitá-los para o trabalho interdisciplinar e multiprofissional, para que estes possam estabelecer relações produtivas com a pesquisa, docência e a prática social. (PROJETO PEDAGÓGICO, 1012, p. 14).

Um dos objetivos específicos do curso trata do perfil do profissional que está em formação, ao qual o Projeto Pedagógico (2012, p. 16) “[...] prevê a formação articulada entre ensino e pesquisa, por compreender que o ensino de qualidade é aquele que se pauta na pesquisa atualizada da realidade social” uma vez que o curso sendo de Licenciatura busca

Formar educadores para atuação na Educação Básica com competências a fazerem a gestão de processos educativos e a desenvolverem estratégias pedagógicas que visem à formação de sujeitos autônomos e criativos capazes de produzir soluções para questões inerentes a sua realidade, vinculadas à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para o país. (PROJETO PEDAGÓGICO, 2012, p. 14/15).

Desta forma, assim como a EJA à Ciências Sociais traz consigo uma contribuição social que serve como base para os indivíduos formados, onde há uma preocupação em desvendar a realidade social e assim buscar intervir sensatamente.

Assim como a EJA prevê em suas diretrizes curriculares a educação sendo um direito reconhecido “como inalienável para todos, a fim de que todos se desenvolvam e a pessoa como indivíduo e como ser social possa participar na vida social, política e cultural” (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS, 2013, p. 347). As Ciências Sociais também busca em seu Projeto Político-Pedagógico um padrão

[...] de formação centrado tanto na dimensão cognitiva (conhecimento e raciocínio) como na dimensão moral e ética da educação, envolvendo, portanto, uma capacitação voltada, simultaneamente, para a prática profissional e para o exercício da cidadania. (PROJETO PEDAGÓGICO, 2012, p. 19)

Porém, de acordo com o Projeto Pedagógico, 2012, às Ciências Sociais busca uma formação de um profissional com “competências e habilidades” sociais e que também tenham como pilar em sua atuação como licenciados, ao mesmo tempo que seja livre de influências do nosso sistema capitalista. No entanto, será esta autonomia na qual guiará as práticas sociais almejadas no projeto pedagógico. Tendo em vista que, para Bourdieu “as ciências sociais, em geral, estão expostas a receber uma série de *problemas* legitimados pela sociedade, e dignos de serem discutidos e estudados”. (BERTRAND, 1998).

Em semelhança com as Ciências Sociais a Educação de Jovens e Adultos em suas diretrizes

[...]visam nortear o desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos, no contexto do sistema nacional de educação, compreendendo-a como educação ao longo da vida e garantindo unidade na diversidade. Dessa forma, a garantia da oferta de EJA deve se configurar, sobretudo, como direito público subjetivo, o que pressupõe qualidade social, democratização do acesso, permanência, sucesso escolar e gestão democrática. Registre-se a oportunidade política do Estado brasileiro no sentido de resgatar parte da dívida histórica que possui com adolescentes, jovens e adultos que não possuem escolaridade básica, por meio de normas vitais para que sua educação seja compreendida como Direito e, portanto, universal e de qualidade”. (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAL, 2013, pág. 362).

Segundo Oliveira (2004, p. 08). “A educação passa a ter sentido ao ser humano porque o seu existir se caracteriza como possibilidade histórica de mudanças”. E com esta perspectiva que tanto nas Ciências Sociais como na Educação para Jovens e Adultos enxergam na educação, na escolarização como sendo sinônimo de transformação, humanização, libertação e realização social, pois se alcançada é um rompimento histórico de negatividade na vida dos indivíduos pobres e marginalizados.

É nesta linha, na qual as Ciências Sociais da UFCG tem em seu Projeto Pedagógico o perfil do docente em formação, onde o mesmo busque desenvolver-se e desenvolver de acordo com a nossa realidade, uma vez que para o projeto o profissional que está em constituição deve

Envolver-se com a realidade na qual está inserido, na busca de construir um conhecimento integrado e contextualizado sobre a realidade do Semi-Árido, a partir da área de conhecimento a que estará vinculado, de modo a não reproduzir hiatos entre o conteúdo trabalhado e a realidade sobre a qual deverá produzir, refletir, sistematizar e transmitir conhecimentos. (PROJETO PEDAGÓGICO, 2012, p. 19).

Enfim, o trabalho aqui sistematizado indica que a realidade da EJA no município de Coxixola não é muito diversa do que aparece na literatura e que uma parte de seus alunos não têm uma leitura crítica da gênese e desenvolvimento dos problemas evidenciados neste estudo. Embora percebam a EJA como um elemento positivo em seus processos formativos e de projetos de vida, não conseguem relacionar a precariedade da formação com a realidade macrossocial do modelo de sociedade capitalista, por exemplo. Isso implica em não compreender que as dificuldades relacionadas à precarização da educação nada mais é do que as consequências perversas do modelo de sociedade que se tem.

Neste sentido, uma EJA mais crítica e problematizadora, como defendia Freire, é necessária, assim como é necessário que haja movimentos sociais que lutem para que essa realidade seja possível.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Pesquisa em ciências sociais**. In: HIRANO, Sedi (Org.). Pesquisa social: projeto e planejamento. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

ALMEIDA, Adriana de.; CORSO, Ângela Maria. **A Educação de Jovens e Adultos: aspectos históricos e sociais**. In. III Congresso Nacional de Educação. PUC/Paraná. 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753_10167.pdf. Acesso em: 10/12/2017.

AMARAL, Vera Lúcia do. Psicologia da educação / Vera Lúcia do Amaral. **A Escola como espaço de socialização**. Natal, RN: EDUFRN, 2007. 208 p.: il. Disponível em [http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia PAR UAB/Fasciculos%20-%20Material/Psicologia Educacao/Psi Ed A12 J GR 20112007.pdf](http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Psicologia_Educacao/Psi_Ed_A12_J_GR_20112007.pdf). Acesso em: 16 de dezembro de 2017.

BATISTA, Flávia Alves Bonsanto. A relação entre educação e capitalismo: o aluno como "produto" da "indústria" escola. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**. ISSN 1981 0377 Curso de Pedagogia - N. 10, JAN/JUN 2011. Disponível em: <<http://re.granbery.edu.br/artigos/NDI4.pdf>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2017.

BATISTA, Santos Dias. Revista Profissão Docente Online 2009. Evasão no Ensino Médio: Um estudo de Caso. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v.9, n.19, 2009. Disponível em: www.uniube.br/propep/mestrado/revista/. Acesso no: dia 03 e 22 de setembro de 2016.

BERTRAND. **O Poder Simbólico Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: [http://www.academia.edu/download/32454186/O Poder Simbolico.doc](http://www.academia.edu/download/32454186/O_Poder_Simbolico.doc). Acesso em: 16 de dezembro de 2017.

BRASIL. MEC. **Banco Mundial analisa a evolução e os desafios da educação brasileira**. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34913>. Acesso no: dia 17 de dezembro de 2017.

Conferência Internacional sobre educação de adultos. (V: 1997: Hamburgo, Alemanha.): Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro, - Brasília: SESI/UNESCO, 1999.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso no: dia 22 de setembro de 2016.

CORREIA, Erisvaldo. **A Educação: características no tempo Antigo, Médio e Moderno**. Blog Café com Filosofia, 2012. Disponível em: <https://filosofojr.wordpress.com/2012/09/02/a-educacao-caracteristicas-nos-tempos-antigo-medio-e-moderno/> Acesso em: 14 de fevereiro de 2017.

COSTA, Francisco. **O Fracasso Escolar e as Deficiências na Formação do Professor**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-fracasso-escolar-e-as-deficiencias-na-formacao-do-professor/23750/#ixzz4L08TFbNG>. Acesso em: 08 de agosto de 2016.

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

FÁVERO, Osmar. **CEPLAR – Campanha de Educação Popular da Paraíba.** 2004. Site Fóruns EJA Brasil. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:0nqXevbJfAUJ:forumeja.org.br/ceplar+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 24 de novembro de 2017.

FRIEDRICH, Marcia; BENITE, Anna M. Canavarro; BENITE, Claudio R. Machado; PEREIRA, Viviane Soares. **Trajatória da escolarização de jovens e adultos no Brasil:** de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Rio de Janeiro, 2010.

IRELAND, Timothy D. **O legado de Paulo Freire para a Educação de Jovens e Adultos.** Site: Associação o Direito de Aprender em Outubro de 2014. Disponível em: <https://www.direitodeaprender.com.pt/artigos/o-legado-de-paulo-freire-para-educacao-de-jovens-e-adultos>. Acesso no: dia 21 de novembro de 2017

INEP/MEC, 2017. **Relatório da UNESCO sobre aprendizagem de Jovens e Adultos da América Latina e Caribe é apresentado pelo INEP.** Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/relatorio-da-unesco-sobre-aprendizagem-de-jovens-e-adultos-na-america-latina-e-caribe-e-apresentado-no-inep/21206. Acesso no: dia 17 de dezembro de 2017.

INEP/MEC, 2017. **Ensino Médio – Taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar.** Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/confira-as-taxas-de-aprovacao-reprovacao-e-abandono-escolar/21206. Acesso em: 18 de dezembro de 2017.

LINHARES, Luciano Lempek; MESQUIDA, Peri; SOUZA, Laertes L. de. **Althusser: a escola como aparelho ideológico de Estado.** 2007 – Paraná. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-204-05.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2017.

LIMA, Nivailda De Andrade. **A Contribuição Da Psicopedagogia Na Educação De Jovens E Adultos:** “Um Estudo De Caso”. João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://rei.biblioteca.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1890/1/NAL22062016>. Acesso no: dia 16 de dezembro de 2017.

LOBATO, Vívian da Silva. **REVISANDO A EDUCAÇÃO NA GRÉCIA ANTIGA: A Paidéia – HUMANA.** Belém/Pará, 2001. Disponível em: http://www.uma.pt/liliana/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=386&Itemid=26. Acesso em: 14 de dezembro de 2017.

MENDES. Ana Laura R; ALVES, Bruna Pereira. Os negros e a educação: uma luta constante. **Revista Pandora Brasil** - Edição especial Nº 4 - "Cultura e materialidade escolar" – 2011. Universidade Presbiteriana Mackenzie – SP. Disponível em: http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/materialidade/ana_bruna.pdf. Acesso no: dia 22 de maio de 2017.

MOURA, Vera Lucia Pereira da Silva. 2014. **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE.** Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_33_1426693042.pdf. Acesso no: dia 15 de novembro de 2017.

NEVES, Mesias Ramos de Sousa. **Uma análise educacional de Coxixola.** Artigo da disciplina. LAPPECS III do curso de Ciências Sociais, UFCG, 2013.

NIENCHOTER, Rosane; STEINDEL, Gisela Eggert. **Trajetórias Sócio - Escolares Na Educação De Jovens E Adultos: Uma Leitura Na Perspectiva De Bernard Lahire.** Cuiabá, 2013.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Princípios Pedagógicos Na Educação de Jovens e Adultos. Revista do Programa Alfabetização Solidária.** V. 4. Nº 4. São Paulo, 2004.

OLIVEIRA. R. T. C. de. **A LDB e Contexto Nacional: O papel dos partidos políticos na elaboração dos projetos – 1988 a 1996.** In: IV Congresso Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil. Campinas. HISTEDBRA/Autores Associados, 1997, V. 1.

PACHECO, Kátia Dutra; AMARAL, Marciliana Baptista; PEREIRA, Patrícia Maria; LIQUER, Waldinéia Rodrigues. **Educação De Jovens E Adultos: O Fazer Docente Perante O Aumento Da Discência Idos, 2013. Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery.** Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/NDkz.pdf>. Acesso em: 16 de novembro de 2017.

PAREJO, Luis Carlos. **Neoliberalismo: Entenda a doutrina econômica capitalista.** 2007. Site UOL Pesquisas. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/neoliberalismo-entenda-a-doutrina-economica-capitalista.htm>. Acesso em: 16 de dezembro de 2017.

PASSOS, Matheus. **Os aparelhos ideológicos do Estado.** 2009. Disponível em: <http://profmatheus.com/2009/10/31/os-aparelhos-ideologicos-do-estado/>. Acesso em: 18 de novembro de 2017.

PENTEADO, Flávia dos Reis; TSUKUDA, Julie Tsukuda; RUIZ, Maria José Ferreira. **"OS REFLEXOS DO SISTEMA CAPITALISTA NO ÂMBITO ESCOLAR."** Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/flaviareispenteadojulietasukudae mariajoseruiz.pdf>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2017.

PEREIRA, Lílian Alves; FELIPE, Delton Aparecido; FRANÇA, Fabiane Freire. **Origem da escola pública brasileira: a formação do novo homem.** Jornada do HISTEDBR – História, Sociedade e Educação no Brasil. 2007. Campo Grande, MS. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/ficha.jpg. Acesso em: 21 de maio de 2017.

PIERRO, Maria Clara Di; HADDAD, Sérgio. **Transformações nas políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional.** In. **Cadernos Cedes.** Campinas, v. 35, n. 96, p. 197-217, maio-ago., 2015 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n96/1678-7110-ccedes-35-96-00197.pdf>.

BRASIL, Portal INEP/MEC. **Inep divulga dados inéditos sobre fluxo escolar na educação básica.** Em 20 de junho de 2017. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206. Acesso no: dia 14 de novembro de 2017.

Projeto Político Pedagógico Do Curso De Licenciatura Em Ciências Sociais Da Universidade Federal De Campina Grande/Cdsa. Centro De Desenvolvimento Sustentável Do Semiárido Unidade Acadêmica De Educação Do Campo – Campus Sumé. 2012

REVELAT, Tássio. **Surgimento da escola e suas funções sociais.** 2009. Blog Recanto das Letras. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/trabalhos-academicos-de-pedagogia/1952889>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2017.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação.** 6.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: NOTAS PARA UMA REFLEXÃO.** Paideia, FFCLRP - USP, RIBEIRÃO Preto, 4, Fev/Jul, 1993.

Site Deepask. 2015. **IDH Municipal:** Índice de Desenvolvimento Humano por cidade do Brasil - COXIXOLA, PB. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=coxixola/PB-Veja-o-IDH-Municipal---indice-de-desenvolvimento-humano---do-seu-municipio>. Acesso em: 23 de maio de 2017.

SILVA, Livia Sonalle do Nascimento; ROCHA, Francineide Rodrigues Passos. **O TECNICISMO E AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR1.** II CONEDU. Campina Grande, 2015. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SAI_ID5667_06092015200241.pdf. Acesso em: 14 de março de 2018.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Revista HISTTEDBR On-line**, Campinas, 2010.

Soares, Leôncio. **Diálogos na educação de jovens e adultos/** organizado por Leôncio Soares, Maria Amélia Gomes Castro Giovanetti, Nilma Lino Gomes. – 4, ed. – Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011. (Estudos em EJA).

UNESCO, 2017. **Educação de jovens e adultos no Brasil.** United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization UNESCO » Representação no Brasil » Educação » Qualidade educacional » Educação de jovens e adultos. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/educational-quality/youth-and-adult-education/>. Acesso em: 16 de dezembro de 2017.

VAN HAERCHT, Anne. **Sociologia da educação.** A escola posta à prova. 3.ed. – Porto Alegre: Artmed, 2008.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. **Pierre Bourdieu:** a herança sociológica Educação & Sociedade, ano XXIII, no 78, Abril/2002.

APÊNDICES

ROTEIRO PARA ENTREVISTA – TCC

- 1) Qual sua idade?
- 2) Fale um pouco da sua história de vida, desde a infância até os dias atuais; (faça um comentário sobre sua trajetória escolar)
- 3) Qual sua profissão?
- 4) Você trabalha? Se sim, trabalhas fazendo o quê?
- 5) Qual é a renda da sua família, por pessoa?
- 6) O que significa a educação escolar pra você?
- 7) Você parou de estudar em qual ano e por quê?
- 8) Na sua opinião, porque grande parte da população brasileira não consegue concluir os estudos?
- 9) Você acredita que houve prejuízos na sua vida causados por sua evasão escolar quando criança ou jovem? Quais?
- 10) Por que você retornou aos estudos?
- 11) Você já desistiu alguma vez da EJA? Se sim, por quê?
- 12) Na sua opinião a EJA consegue cumprir com o seu papel? Explique, por gentileza.
- 13) Os professores da EJA, em sua escola, estão preparados para lecionar as disciplinas pelas quais são responsáveis
- 14) A evasão na EJA é um fato que acontece aqui no município atualmente. Com relação à evasão que se verifica na EJA da escola que você estuda, o que você tem a dizer, ou seja, quais são os motivos principais? E qual é a tua opinião sobre essa realidade?
- 15) Na sua opinião o que seria necessário fazer para reduzir a evasão escolar na EJA?
- 16) Quais são os materiais didáticos utilizados em sala de aula em que você estuda? Faça um comentário sobre esses materiais. Os materiais didáticos utilizados em sala condizem com a realidade sociocultural dos alunos e alunas?
- 17) Você gostaria de dar continuidade aos seus estudos, após a EJA? Por quê?
- 18) Você poderia fazer um comentário crítico sobre os pontos positivos, desafios e limites ou fragilidades da EJA da tua escola?

Obrigado por sua atenção!

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) na pesquisa de campo referente ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande- CDSA, intitulado por Evasão Escolar na Educação Jovens e Adultos da cidade de Coxixola – PB, desenvolvida por Maria Natalia Neves Nóbrega. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo professor Dr. Isaac Alexandre da Silva, a quem poderei contatar e consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (83) 996231512.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais busca investigar a compreensão que os discentes da EJA da Escola Estadual Manoel Honorato Sobrinho têm acerca da evasão escolar que se verifica nessa modalidade de ensino.

Fui ainda informado(a) que terei direito ao anonimato e a privacidade assegurada e que posso interromper ou me retirar desta pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo algum para minha pessoa e sem sofrer quaisquer medidas repressivas ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Coxixola, 25 de janeiro de 2018.

Assinatura do(a) participante:
CPF:

Assinatura da pesquisadora:
CPF: 083179944-73
Conjunto Habitacional Leonardo Lopes, 02. Centro, Coxixola – PB. CEP 58588-000.
E-mail: natyn.nobrega@gmail.com.